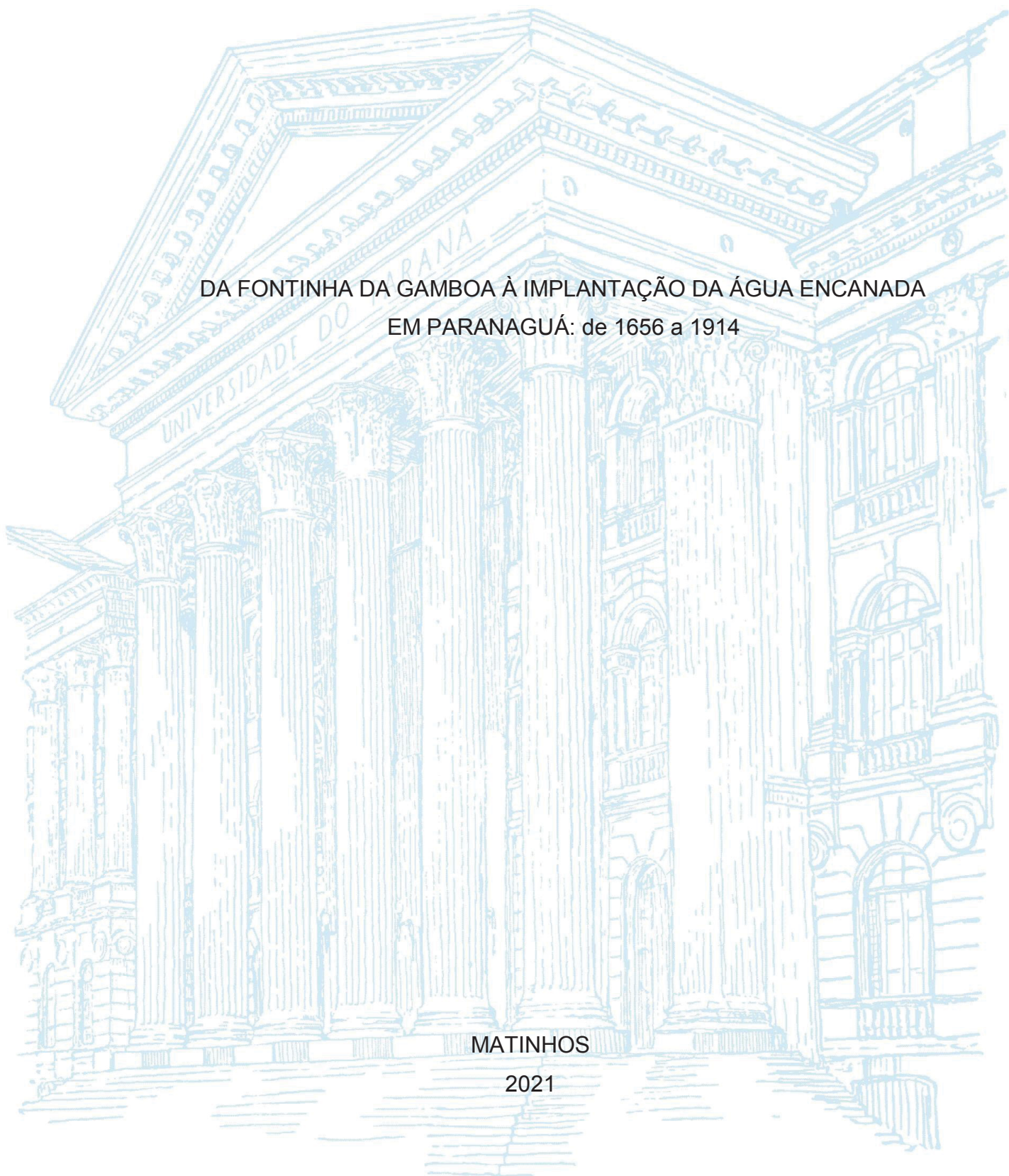


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
CYBELE APARECIDA SANTOS DE OLIVEIRA

DA FONTINHA DA GAMBOA À IMPLANTAÇÃO DA ÁGUA ENCANADA  
EM PARANAGUÁ: de 1656 a 1914

MATINHOS

2021



CYBELE APARECIDA SANTOS DE OLIVEIRA

DA FONTINHA DA GAMBOA À IMPLANTAÇÃO DA ÁGUA ENCANADA  
EM PARANAGUÁ: de 1656 a 1914

Dissertação de Mestrado apresentada ao curso de Pós-Graduação de Mestrado Profissional em Rede Nacional para Ensino das Ciências Ambientais, Setor Litoral da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ensino das Ciências Ambientais.

Orientador: Prof. Dr. Ernesto Jacob Keim  
Coorientador: Prof. Dr. Luiz Fernando de Carli Lautert

MATINHOS

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte  
Biblioteca da Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral

C994 Oliveira, Cybele Aparecida Santos de  
Da fontinha da gambôa à implantação da água encanada  
em Paranaguá: de 1656 a 1914 / Cybele Aparecida Santos de Oliveira ;  
orientador Ernesto Jacob Keim. – 2021.  
68 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral,  
Matinhos/PR, 2021.

1. Saneamento. 2. Litoral do Paraná. 3. Paranaguá, PR. I. Dissertação  
(Mestrado) – Mestrado Profissional em Rede Nacional para o Ensino das Ciências  
Ambientais. II. Título.

CDD – 628.1



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SETOR LITORAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO REDE NACIONAL PARA  
ENSINO DAS CIÊNCIAS AMBIENTAIS - 33002045070P4

## TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em REDE NACIONAL PARA ENSINO DAS CIÊNCIAS AMBIENTAIS da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da dissertação de Mestrado de CYBELE APARECIDA SANTOS DE OLIVEIRA intitulada: *Da Fontinha da Gamboa à Implantação da Água Encanada em Paranaguá: de 1656 a1914*, sob orientação do Prof. Dr. ERNESTO JACOB KEIM, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita a homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

MATINHOS, 28 de Julho de 2021.

Assinatura Eletrônica

30/07/2021 12:13:04.0

ERNESTO JACOB KEIM

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

30/07/2021 17:23:10.0

GILSON WALMOR DAHMER

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

31/07/2021 11:58:20.0

DANIELLE MARAFON

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ )

Dedico esta dissertação aos meus pais que me deram a vida, à força dos meus ancestrais, o amor dos meus descendentes, em especial ao Raul, meu filho e companheiro na realização deste sonho.

## **AGRADECIMENTOS**

Ao Universo por me propiciar momentos de encantamento e aprendizagem através dos desafios enfrentados para concretização deste sonho.

À UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, pela oportunidade do conhecimento científico, sempre com todos os professores do presente mestrado, disponíveis para essa construção e trocas de experiências.

Aos Mestres da Instituição Religiosa Perfect Liberty que foram primordiais, no meu fortalecimento espiritual no início da minha trajetória acadêmica, em especial ao mestre Diego.

Aos companheiros de turma, destaco com imensa gratidão, aos amigos Alceu, Mara e Sílvia, sem o apoio, companheirismo e respeito, certamente não teria conseguido completar esse caminho de transformação pessoal.

Ao apoio de meus familiares, amigos que de alguma forma compartilharam comigo palavras de incentivo, certamente, a Margarete fez parte desse processo.

Gratidão ao meu orientador, Ernesto Jacob Keim, pelos momentos de reflexões, mudanças de pontos de vista, interpretações, diálogos profundos, conversas sobre a vida e conjunturas pertinentes.

Ao município de Paranaguá que me presentou com a Fontinha da Gamboa, inspiração para minha pesquisa.

Ao meu encontro com Pachamama e sua defesa pela vida.

À Érica Castro, secretária do Mestrado PROFCIAB UFPR, que sempre esteve à disposição, nos auxiliando na parte burocrática.

O apoio fundamental da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e da Agência Nacional de Águas (ANA).

*Os segredos vêm da floresta de luz  
Pachamama  
Pachamama  
Abre a consciência  
Dos seus filhos a crescer  
A verdade traz realeza  
A que alimenta o coração  
Dissolvendo as tormentas  
Deste mundo de ilusão*

*Renascendo das cinzas da história  
Mãe, dá sua fortaleza  
As virtudes clareiam o cristal  
Prima graça tão brilhante*

*Pachamama, abraça seus filhos  
Na jornada do amor  
Da sua fonte cristalina  
Correm águas do esplendor*

*Pachamama  
Astral Flower*



## RESUMO

Este trabalho traz como tema a Fontinha da Gamboa, construída no século XVII e tem como propósito compreender o processo histórico-ambiental, da água potável e sua distribuição no município de Paranaguá, no Paraná, até a implantação da água encanada em 1914. Ele analisa essa dimensão histórico-ambiental, ancorada com as relações sociais e com a subjetividade humana, debatendo a importância argumentativa das histórias e lendas acerca do processo de urbanização de Paranaguá. A pesquisa se caracteriza como pesquisa exploratória bibliográfica, por meio de documentação indireta e qualitativa, com embasamento na perspectiva das três ecologias de Félix Guattari, que aponta como referenciais de análise, o meio ambiente, as relações sociais e a subjetividade humana. A Lei das Águas junto com a Carta da Terra e a Carta de Belgrado fundamentam o debate na perspectiva do meio ambiente. Na perspectiva referente às relações sociais a fundamentação se referencia na história de Paranaguá. Na, perspectiva da subjetividade humana, o destaque teórico está em Leonardo Boff, e em Ernesto Jacob Keim e a intencionalidade se referencia em Milton Santos. Assim, a pesquisa, na busca de coerência com aspectos que referenciam a organização da vida com dignidade, trata da estruturação das condições de saneamento dos séculos XVII a início do século XX em cidades históricas brasileiras, com foco em Paranaguá no Paraná, ao debater aspectos ambientais, sociais e de subjetividade humana presentes no passado com reflexos na atualidade, frente a questões relacionadas ao uso da água e de sua distribuição. Como produto a ser socializado esta pesquisa tem o propósito de redação da “Carta da Fontinha da Gamboa”.

**Palavras-chave:** – Fontinha da Gamboa em Paranaguá – Água Potável – Uso e Distribuição – Processo Histórico – Questões Ecológicas – Subjetividade Humana.



## ABSTRACT

This work has as its theme the Fontinha da Gamboa, built in the 17th century and aims to understand the historical-environmental process, from drinking water and its distribution in the municipality of Paranaguá, Paraná, until the implementation of piped water in 1914. It analyzes this historical-environmental dimension, anchored with social relations and with human subjectivity, debating the argumentative importance of the stories and legends about the urbanization process in Paranaguá. The research is characterized as an exploratory bibliographical research, through indirect and qualitative documentation, based on the perspective of the three ecologies of Félix Guattari, who points out as references for analysis the environment, social relations and human subjectivity. The Water Law, together with the Earth Charter and the Belgrade Charter, base the debate on the environmental perspective. From the perspective of social relations, the foundation is referenced in the history of Paranaguá. In the perspective of human subjectivity, the theoretical highlight is Leonardo Boff, and Ernesto Jacob Keim, and intentionality is referenced in Milton Santos. Thus, the research, in the search for coherence with aspects that refer to the organization of life with dignity, deals with the structuring of sanitation conditions from the 17th to the early 20th century in Brazilian historic cities, with a focus on Paranaguá, Paraná, when discussing aspects environmental, social and human subjectivity present in the past with reflections in the present time, in face of issues related to the use of water and its distribution. As a product to be socialized, this research has the purpose of writing the "Letter from Fontinha da Gamboa".

Keywords: - Fontinha da Gamboa in Paranaguá - Drinking Water - Use and Distribution - Historical Process - Ecological Issues - Human Subjectivity.

## Lista de figuras

FIGURA 1 – Fonte da Gamboa .....	45
FIGURA 2 – Fonte da Nova .....	49
FIGURA 3 – O “Pipeiro” e/ou “Aguadeiro” .....	50

## LISTA DE QUADROS

QUADRO I – Pesquisa no Sibi/UFPR.....	19
QUADRO II – Pesquisa na Biblioteca Eletrônica da USP .....	20
QUADRO III – Pesquisa na Biblioteca de teses e dissertações da Unioeste .....	20

## **LISTA DE ABREVIATURAS OU SIGLAS**

- ANA - Agência Nacional de Águas
- CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- IHGP - Instituto Histórico e Geográfico de Paranaguá
- PROFCIAMB - Programa de Pós Graduação em Rede Nacional para Ensino das Ciências Ambientais
- UFPR - Universidade Federal do Paraná

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>16</b>
1.1 JUSTIFICATIVA .....	20
1.2 PROBLEMA .....	23
1.3 PROPÓSITO GERAL (OBJETIVO GERAL) .....	23
1.4 PROPÓSITOS ESPECÍFICOS .....	24
1.5 DELINEAMENTO DA PESQUISA .....	24
<b>2 AMBIENTE, SOCIEDADE, SUBJETIVIDADE HUMANA E A ÁGUA NA URBANIZAÇÃO</b> .....	<b>30</b>
2.1 A ÁGUA COMO AGENTE FUNDAMENTAL À VIDA .....	33
2.2 A ÁGUA COMO ELEMENTO ESTRUTURAL DA SOCIEDADE URBANIZADA .....	40
2.3 A ÁGUA E A SUBJETIVIDADE HUMANA NA URBANIZAÇÃO .....	44
<b>3 DECORRÊNCIAS HISTÓRICO-AMBIENTAIS DO OLHO D'ÁGUA À FONTE E À ÁGUA ENCANADA</b> .....	<b>48</b>
3.1 DO LENÇOL FREÁTICO AO OLHO D'ÁGUA DOS INDÍGENAS .....	49
3.2 A CONSTRUÇÃO DA FONTE COMO MARCO DE URBANIZAÇÃO .....	50
3.3 A ÁGUA ENCANADA CHEGA A PARANAGUÁ .....	59
3.4 HISTÓRIAS E LENDAS SOBRE A FONTE DA GAMBOA E SEU SIMBOLISMO NO CONTEXTO DA COSMOVISÃO PARANAGUARAS. ....	63
3.5 A FONTE DA GAMBOA NA ATUALIDADE – MEMÓRIA VALORIZADA E VIDA RESPEITADA .....	67
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINALIZADORAS E PRODUTO FINAL</b> .....	<b>70</b>
<b>5 REFERÊNCIAS</b> .....	<b>73</b>

## **MEMORIAL**

Sou Cybele Aparecida Santos de Oliveira, nascida em Paranaguá, desde minha infância tive muito contato com a natureza e cercada de histórias sobre Paranaguá, passeios de bicicleta pelas praças do centro nas noites de verão, finais de semana em Porto de Cima/Morretes-Pr, banhos de mar... algo que relembro com carinho e gratidão.

Minha vida escolar foi em escola pública, cursei Habilitação ao Magistério por influência da família. Na época de decisão de vestibular, meu sonho era ser bióloga, no entanto, para minha família a biologia era algo singular como profissão, isso me desmotivou a buscar esse sonho.

Anos mais tarde fui cursar Licenciatura em História na FAFIPAR, em Paranaguá, fui uma discente participativa, envolvida com projetos, ingressei no Movimento Estudantil, onde participei de vários congressos e encontros de estudantes.

Tornei-me professora, sendo minha primeira experiência na Educação Infantil, depois fui para o fundamental I, EJA, Ensino Especial e em 2007, optei em morar em Guaraqueçaba para trabalhar como professora do ensino fundamental II e médio.

Estava realizada, fazia o que mais amava e num ambiente natural. De 2007 a 2008, trabalhei no Colégio “Marcílio Dias”. Em 2009 a meados de 2012, no Colégio “Tagaçaba Porto da Linha”, em 2010, no período da noite, em Tagaçaba de Cima, no EJA e em 2012 e 2013 na comunidade do Itaqui, enfrentando enchentes, me deparei com onça entres outros animais.

Em meados de 2013, fui chamada para assumir o cargo de professora no município de Paranaguá e aquele contato com o meio ambiente in loco, ficou para trás.

No entanto, em 2014, fui trabalhar nas escolas e creches na Ilha do Mel, experiência bem marcante profissionalmente. Fiz uma especialização em Educação do Campo.

Hoje, trabalho na Escola Municipal Em Tempo Integral “João Rocha dos Santos”, comunidade periférica de Paranaguá.

Cursei a Especialização em Gestão e Processos em Educação, Diversidade e Inclusão, pela UFPR Litoral, onde a fase da multiplicação me proporcionou realmente um “empoderamento” como profissional da Educação.

Outro sonho de juventude era o de fazer Mestrado, porque acredito que seria a materialização de tudo o que sempre almejei um conhecimento científico. Desde 2016, iniciei tentando com muito afinco a entrada em algumas instituições, porém sem sucesso, mas engrandecedor e instigante a participação nesses processos seletivos.

No ano de 2018, fui selecionada como aluna especial no Mestrado PROFCIAMB da UFPR Litoral, na disciplina de Mudanças Climáticas e Meio Ambiente. No mesmo ano, com mais uma tentativa, fui aprovada no mestrado na UFPR Setor Litoral, que abriu o meu campo de possibilidades, porque é enriquecedor e visível para mim a importância desse curso na minha vida profissional e pessoal.

Hoje tenho certeza absoluta que estou na instituição e especialização que está fortemente ligada aos meus princípios, os professores com suas peculiaridades e conhecimentos diferenciados desvelaram com nitidez que este é o caminho daquela bióloga da adolescência, um sonho se realizando.

Meu projeto nasceu de várias orientações com o Professor Ernesto Jacob Keim, que me fez buscar dentro de mim, aquilo que eu havia deixado para trás por circunstâncias e escolhas da vida, como se fosse uma cirurgia minuciosa na minha alma, a metamorfose tão almejada.

Da junção daquela bióloga da adolescência com a historiadora também esquecida, assumi o desafio, que foi instigante no momento, no entanto, meus companheiros de mestrado, Mara e Alceu, me acalmaram e me deram uma luz, assim nasceu o projeto sobre a Fontinha de Paranaguá e meu produto final, será redigido a “Carta da Fontinha da Gamboa”.



## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho resulta de uma pesquisa exploratória bibliográfica no contexto de investigação na perspectiva da fenomenologia, como requisito para a conclusão do curso de mestrado junto ao Programa de Mestrado Profissional em Ensino de Ciências Ambientais (PROFCIAMB) na UFPR Setor Litoral, e tem como um dos objetivos analisar o processo histórico-ambiental da água potável, entre os séculos XVII à XX, evidenciando as relações do uso da água como recurso e sua distribuição, tendo como princípio temático a Fontinha da Gamboa, no município de Paranaguá - Paraná. Este tema de estudo se relaciona com minha história de vida, em decorrência da minha naturalidade “parnanguara”, e a Fonte da Gamboa ser um marco histórico relacionado à água no município.

Paranaguá foi o primeiro povoado a ser elevado à condição de Vila no Estado do Paraná no ano de 1648 e é considerado o “berço” da civilização paranaense, e como tantos locais históricos, este também está envolto em muitas histórias e lendas.

A construção mais antiga de uso coletivo na cidade referente à água é a “Fontinha”, “Fonte Velha” ou “Fonte da Gamboa”, como ficou conhecida. É uma construção do século XVII. Sua origem como ponto referencial para a vida dos humanos locais se perde no tempo, pois se constituía num olho d’água que serviu, há séculos, à taba carijó localizada na baixada do antigo e desaparecido “Campo Grande” (VIANA, 1976, p. 25), até passar a figurar como ente organizado para uso sustentável pela população que se urbanizava.

Enfatizada por Leônidas Boutin (1994) era nos tempos antigos a única fonte de água de boa qualidade da cidade. As demais se caracterizavam como água de poço ou de estagnação, as quais eram salobras ou avermelhadas.

De forma detalhada, o que se tem como nascente ou mesmo como olho d’água é o resultado de um processo conhecido como ciclo das águas, ou seja: o calor da atmosfera promove a evaporação da água, esta, por ser menos densa, sobe como vapor e forma nuvens. Quando ocorre uma inversão térmica as gotículas de água que se apresentavam como nuvem, agregam-se em torno de mínimos grãos de poeira e formam gotas mais volumosas e, portanto, mais densas, que direcionam-se para a terra como chuva. A água da chuva é absorvida pelo solo e

desce entre os grãos de terra e areia, até chegar numa região na qual a descida da água é dificultada, e então, acumula-se formando como que um depósito de água, conhecido como lençol freático.

Nesse processo é fundamental a participação das árvores que cobrem o solo, pois suas raízes mantêm o solo poroso, o que facilita a descida da água. As árvores ainda são fundamentais nesse processo na medida em que suas folhas impedem que o calor dos raios solares atinja diretamente o solo reduzindo dessa forma a evaporação.

Ao formar o lençol freático, a água como decorrência da força de atração que existe entre suas moléculas, e sob a força de atração das rochas e demais materiais que constituem o solo, geram um fluxo da água que se movimenta de forma subterrânea. Quando esse fluxo alcança um local do solo que está em contato direto com a atmosfera, ocorre o que nominamos como nascente, ou um olho d'água, pois nele a água flui e escoar para a superfície.

Essa breve descrição mostra como a água evapora, forma nuvens, se precipita sobre o solo e por ele é absorvida, acumulando-se no subsolo, para então voltar para a "flor da natureza" como água limpa e fresca.

Como decorrência a água como elemento natural aproveitado pelos humanos para suas dinâmicas produtivas e vitais, é captada e armazenada em tanques e represas para então ser encaminhada por tubos, que se caracterizam como dutos que levam a água para todos os recantos de um espaço urbanizado.

Vemos que esse movimento é processo de ida e volta e por isso é fundamental que as pessoas tenham consciência, de que a água deve ser respeitada em sua integridade, de forma que, ao ser despejada depois de utilizada pelos humanos em suas ações de vida, deveria ser tratada para que voltasse para a natureza, em condições de recuperar sua potabilidade.

Assim, recorde que nominamos como poluição o despejo nos ambientes, de água misturada com óleos industrializados, hormônios sintéticos e tantos outros solventes e elementos que não são comuns aos ambientes naturais. O ato de sujar e contaminar a água, como poluição, tem diferentes categorias, pois se a água for devolvida para a natureza misturada com matéria orgânica, ou seja, com os detritos naturais eliminados pelos animais, esses estarão devolvendo materiais que são próprios da natureza, mas se junto da água estiverem produtos químicos utilizados

na higienização dos ambientes e produtos eliminados pelos processos industriais e também, por exemplo, de defensivos e aditivos agrícolas de natureza sintética, estaremos devolvendo para os ambientes materiais que não lhes pertence, e dessa forma estaremos poluindo os ambientes e impedindo que a água retome a potabilidade necessária para novo uso para a vida.

Cabe destacar que qualidade de água naquela época passada se limitava à transparência, ausência de sabor e de odor. Atualmente temos como mensurar a qualidade da água através de indicadores, como o Índice de Qualidade da Água (IQA), que é calculado com base nos seguintes parâmetros: temperatura da água, pH, oxigênio dissolvido, resíduo total, demanda bioquímica de oxigênio, coliformes termotolerantes, nitrogênio total, fósforo total e turbidez. Conforme a Agência Nacional de Águas (ANA), o Brasil possui uma água de boa qualidade, estima-se que se tem no Brasil 12% da disponibilidade de água doce do planeta.

A Fonte servia para abastecer a Vila, assim como ao fornecimento de água aos navios que ali aportavam, conseqüentemente, influenciava na valorização da importância dessa localidade.

Há registros bibliográficos mostrando que durante séculos o acesso da água às residências em Paranaguá era precário e dependia da mão-de-obra escrava, pois essas pessoas na condição de servilidade buscavam água para abastecer famílias mais abastadas. Havia os chamados “aguadeiros”, que eram pessoas escravizadas que vendiam água por toda a Vila promovendo o lucro de seus senhores. Os moradores também faziam captação de água da chuva para banhos e limpezas das casas. Cabe destacar que nesse contexto as infecções eram corriqueiras, bem como inúmeras doenças causadas pela higiene precária.

Esse preâmbulo mostra como os recursos hídricos disponíveis e veiculados de forma tão rudimentar preconiza um debate teórico em relação às questões ambientais e de relações sociais, as quais envolvem a subjetividade humana, de forma que serão debatidas nesse trabalho que abrange do olho d'água até o estabelecimento da água encanada.

Segundo a Agência Nacional das Águas, a água é essencial para nossa saúde, economia e qualidade de vida. É uma de nossas maiores riquezas e necessidades, e o direito universal ao uso da água de boa qualidade está

assegurado na legislação por meio da Lei Nº 9.433 de 08 de janeiro de 1997, no Art.º 1, inciso I, que a água é um bem comum de uso público.

Contudo, somente em 18 de janeiro de 1914 Paranaguá inaugura o sistema de abastecimento de água encanada, como um ato de modernidade pelo prefeito Dr. Caetano Munhoz da Rocha. Assim, na cidade se defende o direito de possuir, administrar e usar os recursos naturais como possibilidade de prevenir os danos ao meio ambiente e de proteger os direitos das pessoas, conforme orienta a “Carta da Terra”.

Félix Guattari (2000, pág. 13) nos leva a refletir que é nesse contexto de ruptura, de descentramento, de multiplicação dos antagonismos e de processos de singularização que surgem as problemáticas ecológicas que perpassam até a atualidade.

Seguindo o preâmbulo da “Carta da Terra”, que no meio de uma magnífica diversidade de culturas e formas de vida, somos uma família humana e uma comunidade terrestre com um destino comum, na qual a água se apresenta como um importante ambiente que acolhe, e, mantém vidas, Alberto Acosta (2016) afirma que outro mundo será possível se for pensado e organizado, comunitariamente a partir das possibilidades políticas, econômicas, sociais, culturais e ambientais dos indivíduos, das famílias e dos povos, trazendo com relevância a perspectiva de que existem os Direitos da Natureza.

Assim, com base nesse processo, este trabalho tem o embasamento teórico com foco ambiental na obra de Félix Guattari (2000) ao debater a abrangência da Ecologia para além de interação entre elementos ambientais, na Carta da Terra (1992) como documento que aponta a responsabilidade dos humanos com a qualidade da vida, e na Lei das Águas (1997) como debate que envolve a regulamentação estatal sobre esse elemento vital. O trabalho também tem suporte na história de Paranaguá como referencial de dados às questões sociais inerentes à potabilidade da água. Na perspectiva da intencionalidade que perpassa as ações humanas, e na organização de processos e dinâmicas sociais, a pesquisa se apoia em Milton Santos e traz Leonardo Boff e Ernesto Jacob Keim como suporte para debater a subjetividade humana.

Esse viés teórico assume a perspectiva posta pela abordagem de ciência amparada na Fenomenologia, como processo de compreensão do ser planetário e

social com base em abordagem referenciada na matriz teórica Schiller-Goethiana, a qual se configura como referencial de análise científica voltada para a dimensão da vida com dignidade, remetendo essa pesquisa à estruturação das motivações e das dinâmicas que viabilizam a compreensão de como se desenvolveu o saneamento das cidades classificadas como históricas.

Sabemos que a questão da água potável evidencia inúmeros problemas que se tornam complexos quando estamos nos referindo a um contexto de cidade histórica, como é o caso dessa pesquisa focada na cidade histórica de Paranaguá, PR. Esses problemas se apresentam como a busca de soluções que transcendem a dimensão ecológica, uma vez que são confrontadas com a dimensão de Cosmovisão que permeia a cultura e o ser cidadão da referida localidade, (KEIM, 2021 apr. 3.1) como nos instrui a Carta da Terra que devemos reconhecer que, no meio da uma magnífica diversidade de culturas e formas de vida, somos uma família humana e uma comunidade terrestre com um destino comum.

Cabe então destacar que Ernesto Jacob Keim, (2021 apr. 3.1) destaca a cosmovisão como a possibilidade das pessoas que integram determinada região e determinado coletivo humano, interpretarem o mundo conforme suas formas tradicionais de olhar para “dentro” do mundo com base em suas tradições e costumes. Assim, a Cosmovisão se constitui em processo por meio do qual, certo coletivo humano se organiza, no contexto da história e da cultura local, determinado olhar e determinada compreensão do que se constitui o interior de seus seres e de suas humanidades (Keim, 2017), assim, percebe-se um meio de reformular a visão da história da Fonte da Gamboa, não somente como um marco na história, mas com um olhar amplo e diferenciado para esse monumento.

## 1.1 JUSTIFICATIVA

Como justificativa para referenciar essa pesquisa, a opção recai sobre a Fontinha da Gamboa, a qual nos leva à análise do processo histórico da água potável no município de Paranaguá PR, no período que vai do século XVII ao início do século XX, numa perspectiva de reflexão que envolve as dimensões ambiental, social e da subjetividade humana, evidenciando as relações do uso da água como recurso e sua distribuição.

Cabe destacar que a palavra recurso implica em estabelecer valor de uso e de troca, a determinado ente e componente ambiental, assim, se a comunidade identifica a água como recurso, ela admite que se caracteriza com um bem a ser comercializado, mas isso se configura como um paradoxo, pois a água é essencial à vida, da mesma forma que o ar e os demais elementos que garantem a integridade da vida. Essa posição assinala a necessidade de postura crítica para acompanhar o debate referente à distribuição da água em um centro urbanizado.

Assim, é que a pesquisa se refere a um monumento, que pode ser um marco histórico na cidade de Paranaguá PR, que atualmente se localiza a sede da Companhia Paranaense de Energia Elétrica (COPEL), o qual pode se apresentar como um tema importante para ser debatido nas escolas e na sociedade, no sentido de caracterizar o significado, mesmo que inconsciente, da importância daquele local como sede de eventos cotidianos, que certamente contribuíram para consolidar a forma de ser Parnaguara.

Preservar, cuidar e também debater os aspectos históricos que caracterizam cada local e cada construção marcada como histórica, pode ser uma importante possibilidade para ampliar a noção de pertencimento das comunidades aos locais onde vivem. Essa forma de revitalizar as origens e os referenciais podem contribuir para dar significado às marcas locais, que caracterizam a cosmovisão das pessoas que constituem a comunidade do local, caracterizando-os como seres humanos civilizados, isto é, amparados em padrões historicamente construídos que marcam sua existência como grupo organizado.

O uso da água para o abastecimento humano, sob a forma de sistemas de distribuição urbanos, é imensamente importante, no que diz respeito ao uso da água como recurso natural e firmado por leis.

Essa reflexão torna relevante a análise crítica aqui empreendida na medida em que a pesquisa evidencia a Fontinha da Gamboa, não somente como um marco histórico, mas como local de captação de água, que historicamente foi importante e fundamental para o desenvolvimento da Vila de Paranaguá. Esse debate crítico tem o propósito de deixar claro que aquela construção e aquele monumento histórico, é um reflexo da história, e essa abordagem pode libertar de visões dogmáticas, apontadas por Acosta (2016) ao dizer que:

“Não importa apenas o destino, mas também o caminho ou os caminhos para uma vida digna, garantindo a todos os seres-humanos e não humanos – um presente e um futuro, e assegurando, assim, a sobrevivência da Humanidade”.

Essa referência mostra que o monumento “fontinha”, como destino da observação cotidiana deve se caracterizar como algo que tem história relevante e fundamental para que a comunidade se desenvolvesse como se apresenta na atualidade. Nesse âmbito se faz necessário referenciar Henri Lefebvre (1969, pág. 19), ao declarar que é impossível tornar mais perceptível este paradoxo da história, isto pelo fato de considerar que cada local carrega importância e relevância para a realidade se constituir no presente como se constitui, pois se caracteriza como registro vivo e ativo, decorrente de ações e eventos que influenciaram a vida até então.

Assim, sendo a água um elemento essencial para a compreensão da responsabilidade dos humanos com a qualidade de vida planetária, é relevante que essa dimensão de consciência seja alcançada pelas pessoas para que se desenvolvam com base em seu cotidiano, sabendo como e onde podem atuar para promover vida com dignidade a qual se consolida com atitudes politicamente responsáveis. (KEIM e SANTOS, 2012).

Os desafios para garantir e manter a qualidade da vida em ambientes urbanizados, são imensos, e a responsabilidade com o uso adequado da água, é de todos os agentes que compõem a biosfera terrestre, são os anúncios da Carta da Terra. Essa proposta evidencia a necessidade de processo de vida que inclua as pessoas e todos os demais componentes e integrantes planetários, no sentido de manter a vida como possibilidade de futuro. Assim, da Carta de Terra destacamos que:

A escolha é nossa: formar uma aliança global para cuidar da Terra e uns dos outros ou arriscar a nossa destruição e a da diversidade da vida. São necessárias mudanças fundamentais em nossos valores, instituições e modos de vida. Devemos entender que, quando as necessidades básicas forem supridas, o desenvolvimento humano será primariamente voltado a ser mais e não a ter mais. Temos o conhecimento e a tecnologia necessários para abastecer a todos e reduzir nossos impactos no meio ambiente. O surgimento de uma sociedade civil global está criando novas oportunidades para construir um mundo democrático e humano. Nossos desafios ambientais, econômicos, políticos, sociais e espirituais estão interligados e juntos podemos forjar soluções inclusivas.



Esse destaque nos remete ao tema central dessa pesquisa, na medida em que ela provoca a compreensão de como no município de Paranaguá se deu o processo histórico da apropriação da água de forma que continuasse a se caracterizar como um bem vital disponível a todos os viventes. Mas a história aponta como esse bem inalienável à vida passou a se configurar como recurso que se caracteriza e se mantém para promover a obtenção de lucros e não para viabilizar a disponibilidade desse elemento essencial à vida, a todos que dela necessitam.

Cabe então nessa pesquisa, verificar como a ação humana está conseguindo fazer com que a água potável e sua distribuição, estejam disponíveis em todas as moradias, atendendo a um direito inalienável por sermos humanos, o que não poderia ser garantido como privilégio ou possibilidade limitada por algum sistema de valor.

Dessa forma essa pesquisa tem na dinâmica hídrica e nas relações dela decorrentes, um panorama temporal e espacial no qual o passado e o futuro se misturam, o que certamente se constitui como um legado no campo do conhecimento do ensino das Ciências Ambientais.

## 1.2 PROBLEMA

Partindo dessa justificativa e dos argumentos que sustentam sua importância e relevância, a pesquisa se organiza com base no enunciado do problema de pesquisa, que segue:

Quais os envolvimento referentes à qualidade de vida, decorrentes da dinâmica histórico-ambiental da água potável em Paranaguá PR, quanto ao meio ambiente, às relações sociais e à subjetividade humana, desde a instalação da Fonte da Gamboa até a construção da rede de distribuição de água encanada em 1914?

## 1.3 PROPÓSITO GERAL (OBJETIVO GERAL)

Partindo desse problema fica posto o seguinte propósito geral para a investigação:

Analisar o processo histórico referente à água potável, da captação e distribuição no município de Paranaguá, até a implantação da água encanada em 1914, observando as relações ambientais, sociais e da subjetividade humana, inerentes a esse processo.

#### 1.4 PROPÓSITOS ESPECÍFICOS

- Destacar questões referentes à qualidade da vida, compreendidas como dimensão ambiental, social e da subjetividade humana, relacionadas à captação e distribuição de água potável;
- Salientar a importância da subjetividade humana nas relações ambientais que se configurem com os propósitos da Carta da Terra;
- Relacionar as consequências de decisões administrativas que envolvam a história sanitária de Paranaguá, até a construção da rede de água encanada em 1914;
- Mencionar fatos históricos relacionados à Fontinha da Gamboa que apontem aspectos sociais e econômicos decorrentes.

#### 1.5 DELINEAMENTO DA PESQUISA

Esta pesquisa exploratória de cunho bibliográfico se desenvolve na perspectiva da abordagem de ciência amparada na Fenomenologia referenciada na abordagem filosófica e científica Schiller-Goethiana, (KEIM, 2020 apr. 3.2) que é reconhecida como abordagem de ciência voltada para a intensificação e a sensibilização do pesquisador com foco na percepção e acompanhamento do ritmo do que é pesquisado, constituindo um processo contínuo e harmônico.

O desenvolvimento da pesquisa nessa abordagem tem como foco as mudanças no pesquisador, de forma que o pesquisador modificado, isto é mais sensível, mais intenso e melhor sintonizado com o que é pesquisado, de forma a ser capaz de desenvolver ações investigativas com mais assertividade. Essa mudança no pesquisador é chamada como metamorfose e esse é o foco principal dessa abordagem de fazer ciência, onde o fato do pesquisador metamorfoseado se torna sensível e capaz de novas e inusitadas considerações e argumentações.

Assim, nessa condição investigativa a análise do processo histórico da água potável, sua captação e distribuição no município de Paranaguá, recebe um tratamento que não busca respostas definitivas, mas desenvolve reflexões que possibilitam descobertas e intuições que esclareçam aspectos do passado como geradores de reações no presente.

Com esse propósito o estudo da implantação da água encanada em 1914, pode ser estudado por meio da análise de documentação indireta com perfil qualitativo de forma que essa abordagem se coloca como posição que confronta o monopólio positivista e empírico-analítico, que prevalece na perspectiva de ciência aplicada nos meios acadêmicos, quase de forma hegemônica, segundo Ernesto Jacob Keim (2020, Apr. 3.2).<sup>1</sup>

Um motivo que estimula a utilização dessa abordagem está na condição subjetiva dos temas que regem essa pesquisa, ou seja: as relações ecológicas conforme Guattari, considerando a perspectiva ambiental, social e da subjetividade humana que envolve a Fontinha da Gamboa como temática para alicerçar a pesquisa.

A sensibilização pelo tema surgiu da busca por uma proposta de pesquisa que relacionasse a educação escolarizada com a água. Com esse propósito pode-se destacar que a pesquisadora acometida de motivação amparada em sua ação docente a qual possibilitou o encontro do tema central dessa pesquisa em consulta no acervo bibliográfica do Instituto Histórico e Geográfico de Paranaguá.

De posse do tema, a busca continuou na Biblioteca Pública “Mário Lobo” de Paranaguá; na Companhia de Água e Esgoto de Paranaguá (CAGEPAR) e na Biblioteca Pública do Paraná, dando assim, o ritmo para que ocorresse a dinâmica necessária para a continuidade do processo.

A abordagem de finalização desse processo investigativo, refere-se à metamorfose que ocorre junto ao pesquisador, no qual conforme Ernesto Jacob Keim (2019, Apr. 3.2), aponta que ela “se caracteriza como permanente processo junto ao interprete e ator pesquisado para se apresentar presente e ativo, como parte integrante do processo”, a partir desse aspecto, a Fontinha da Gamboa ganha uma amplitude fenomenológica, pois a pesquisadora se percebe interligada com o monumento, com as relações sociais vivenciadas no processo histórico, nas questões ambientais observadas e marcada pela subjetividade dessas reflexões,

---

<sup>1</sup> Nesse trabalho por orientação do professor orientador, quando um autor é destacado no corpo do texto, insere-se o nome todo do autor para facilitar sua identificação e compreensão de sua contribuição para o trabalho, e quando se destaca o autor como autor de uma obra específica utilizamos a forma convencional de entre parênteses Sobre nome do autor ano e página.

defendida por Ernesto Jacob Keim (2019), que se mostra como horizonte multicultural, composto por incontáveis cosmovisões que interagem entre si”.

Nesse delineamento metodológico tendo como base a pesquisa exploratória, KEIM (2019) destaca que “... a ordem social tem como referencial a perspectiva planetária e a responsabilidade com o cosmo. A ordem social tem a vida como referencial maior a ser preservada e desenvolvida”, e esse foi um dos marcos condutores da abordagem investigativa aqui adotada.

Utilizando uma pesquisa exploratória que se iniciou no Instituto Histórico e Geográfico de Paranaguá, na Biblioteca Pública “Mário Lobo” de Paranaguá, na CAGEPAR e na Biblioteca Pública do Paraná, esta primeira etapa, segundo Severino (2016, p. 131) se caracteriza como um “levantar dados sobre um determinado objeto, delimitando assim um campo de trabalho, mapeando as condições de manifestação desse objeto”.

A segunda etapa ocorreu com as pesquisas bibliográficas realizadas, para encontrar referenciais a serem utilizadas durante a execução da pesquisa. Assim, ocorreu a busca por autores e livros sobre a história de Paranaguá, e aí se destacaram os autores: Manoel Viana, com seu livro: “Paranaguá na História e na Tradição (1976); Vicente Nascimento Júnior – “Histórias, Crônicas e Lendas” (1980); Antônio Vieira dos Santos – “Memórias Históricas de Paranaguá” – Volumes 1 e 2 (1850). Digitalizações Resumidas do Jornal “Diário do Comércio” de 1912 à 1929. Digitalizações Resumidas do Livro “Coisas Nossas” – Nelson de Freitas Barbosa - Volume 1 (1966) - Brasília de Carvalho - “Paranaguá e sua gente” e jornais com reportagens sobre a Fontinha.

Na busca para a fundamentação teórica da pesquisa se destacaram autores e obras como: “As Três Ecologias” de Félix Guattari, (1990); “O Bem Viver” de Alberto Acosta, (2016); “Saber Cuidar – Ética do humano – compaixão pela terra” de Leonardo Boff, (1999); A Carta da Terra e Sites oficiais como: Ministério do Meio Ambiente, Agência Nacional das Águas, Sistema Nacional de Informações Sobre Saneamento; outros autores como: Ernesto Jacob Keim, Henry Lefebvre, Milton Santos e Carlos Walter Porto Gonçalves que também foram utilizados como referenciais.

A busca seguiu com a procura de artigos, teses e dissertações para levantar o que já foi pesquisado sobre o tema, que se concentra em bases de dados como: a

biblioteca eletrônica, “Periódicos” presente no portal da CAPES, as bibliotecas eletrônicas SCIELO/BR, UNESPAR, UFPR, USP e UNICAMP.

Para tal a pesquisa foi limitada ao período de 1998 a 2018 e foram utilizados os seguintes descritores: Fonte da Gamboa de Paranaguá, Água potável em Paranaguá, Saneamento básico de Paranaguá e Paranaguá. Nessa busca, foram encontradas: 3 dissertações e 1 tese conforme os quadros que seguem, apresentando as referências do que foi encontrado nas respectivas bases de dados, com uma breve descrição de cada “achado”:

Quadro I Pesquisa no Sibi/UFPR

<b>Título do Trabalho</b>	<b>Autores</b>	<b>Instituição/Localização</b>	<b>Modalidade</b>	<b>Ano</b>
Privatização e modelo de decisão: o caso da empresa de saneamento de Paranaguá	José Roberto Thomal	Universidade Federal do Paraná – Setor de Ciências Sociais Aplicadas	Dissertação	1998

Fonte: Sibi/UFPR

Devido ao Covid-19 ainda não pude ter acesso à respectiva dissertação.

Quadro II Pesquisa na Biblioteca Eletrônica da USP

<b>Título do Trabalho</b>	<b>Autores</b>	<b>Instituição/Localização</b>	<b>Modalidade</b>	<b>Ano</b>
As transformações arquitetônicas e urbanas nos séculos XVIII e XIX na cidade de Paranaguá, Paraná	Rodrigo Sartori Jabur	Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo	Dissertação	2010
Tendo o sol por testemunha: população portuguesa na Baía de Paranaguá (c. 1750 – 1830)	André Luiz M. Cavazzani	Departamento de História da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo	Tese	2013

Fonte: Portal da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Universidade de São Paulo.

A dissertação de mestrado “As transformações arquitetônicas e urbanas nos séculos XVIII e XIX na cidade de Paranaguá, Paraná”, tem como área de concentração a Teoria e História da Arquitetura e Urbanismo e tem como proposta final um roteiro turístico, sendo a Fontinha da Gamboa um desses pontos.

A tese de doutorado “Tendo o sol por testemunha: população portuguesa na Baía de Paranaguá (c. 1750 – 1830)”, tem como foco a entrada de imigrantes portugueses em fins do século XVII, na Vila de Nossa Senhora do Rosário de Paranaguá, as diversas redes sociais, mercantis e de poder.

Quadro III Pesquisa na Biblioteca de Teses e Dissertações da UNIOESTE

<b>Título do Trabalho</b>	<b>Autores</b>	<b>Instituição/Localização</b>	<b>Modalidade</b>	<b>Ano</b>
Paranaguá, cidade portuária: entre a cidade sonhada e a cidade real	Bruna Scheifer	Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus de Marechal Cândido Rondon	Dissertação	2008

Fonte: Biblioteca de Teses e Dissertações da UNIOESTE

A dissertação de mestrado “Paranaguá, cidade portuária: entre a cidade sonhada e a cidade real” tem como área de concentração: História, Poder e Práticas Sociais que problematiza historicamente a cidade de Paranaguá, a saúde pública e os investimentos na remodelação do espaço urbano, como a implantação da água encanada e da rede de esgotos, no início do século XX.

A pesquisa no banco de dados de dissertações e teses da UNESPAR, da USB, portal CAPES, SCIELO/BR, não resultou no encontro de trabalhos que estivessem tão próximos dos descritores e do objeto desta dissertação. De fato, poucas foram teses, dissertações e artigos com foco no tema investigado e isso aponta a importância e relevância da pesquisa e a revisão de literatura desencadeia muitas vezes uma busca histórica pelo conceito “A Potabilidade da Água em Paranaguá - Da Fontinha da Gamboa à Implantação da Água Encanada - De 1656 A 1914”.

Um terceiro aspecto do processo investigativo desse tema se caracterizou como a pesquisa documental, necessária para levantar os dados históricos referentes ao tema em estudo, mas em função do deslocamento dos documentos para arquivos em Curitiba, e com as dificuldades postas pela pandemia COVID 19, para os deslocamentos, essa coleta de dados foi obtida de forma indireta, isto é, os dados foram recolhidos em publicações confiáveis que tratam do tema.

A dimensão investigativa será culminada com uma síntese de aspectos que caracterizam as informações referentes à interação da Fontinha na vida da cidade durante esse século, e estes dados e registros foram utilizados para compor uma obra que se apresentará como um documento literário, publicado inicialmente como livro virtual, no qual se relata a distribuição da água em Paranaguá como processo que acompanhou a urbanização da cidade e serviu para atender às necessidades das embarcações que procuravam a baía de Paranaguá como local de águas calmas, próprias para os reparos e o reabastecimento das embarcações que realizavam longas viagens. Esse livro terá então como fechamento um documento nominado carta da Fontinha, no qual se debate os problemas decorrentes da urbanização e da água como bem inalienável e inafiançável para a vida com dignidade.

Assim, a dissertação está estruturada com a Apresentação, como um memorial descritivo-analítico sobre a trajetória pessoal, acadêmica e profissional da autora e sua relação com o tema da pesquisa.

O primeiro capítulo é uma Introdução que envolve o histórico e a relevância do tema tratado, bem como o problema, os propósitos e o que já foi pesquisado pelo tema.

O segundo capítulo refere-se às bases teóricas da pesquisa considerando relações sociais no contexto de ambiente, sociedade, subjetividade humana e a água potável no processo histórico de urbanização, dando ênfase aos pressupostos teóricos de cosmovisão e de conceitos ambientalistas e de cuidado e preservação ambiental como carta de Belgrado e Carta da Terra.

O terceiro capítulo traz uma análise dos aspectos histórico-ambientais que perpassam a formação de olho d'água e sua importância para o início da urbanização da cidade de Paranaguá, passando pela construção da Fonte da Gamboa e as implicações sociais e econômicas decorrentes, chegando ao desenvolvimento urbano com a água encanada, e nesse capítulo, a subjetividade desse processo se manifesta também por meio de crenças e lendas que perpassam a subjetividade humana, refletindo essas temáticas com base nos aportes teóricos que tratam da possibilidade de harmonia dos seres humanos numa Cosmovisão dinâmica e mutante.

O quarto capítulo traz considerações finais, que tratam das percepções obtidas pela pesquisadora com relação ao problema investigado e aos propósitos estabelecidos, que implicarão no produto final que será um E-book que contará com partes da teoria pesquisada.

A dissertação contém ainda a bibliografia que se constitui como o registro das obras que fundamentam essa pesquisa.



## **2 AMBIENTE, SOCIEDADE, SUBJETIVIDADE HUMANA E A ÁGUA NA URBANIZAÇÃO**

A construção teórica para fundamentar o tema dessa investigação tem como referencial a temática central amparada na reflexão necessária para lidar com as questões que remetem ao meio ambiente e à vida, como responsabilidade coletiva de todos os humanos, considerando as instituições com as quais historicamente desenvolve suas atividades.

Essa postura de valorização da história local contribui vivamente para a construção de aspectos importantes na humanização das pessoas, como destaca Gyorgy Lukács em sua obra *Ontologia do Ser Social* (1979), na qual mostra a importância do meio social e ambiental, na organização da personalidade e da forma como o humano se manifesta como agente de humanização ou de barbárie.

Dessa forma essa pesquisa associa a importância de dois elementos fundamentais para a formação de pessoas engajadas com processos de libertação, ou seja, o resgate da importância de marcos referenciais da história que envolve a forma da pessoa se constituir como pessoa e como ser engajado em uma coletividade organizada e a importância da água como elemento para manter a vida com saúde e bem estar, considerando nesses dois aspectos a perspectiva de ambiente de sociedade e de subjetividade humana.

Para atender a esse propósito a pesquisa buscou o filósofo Pierre-Félix Guattari (2000), que se mostrou como um pensador à frente do seu tempo, e como autodidata, tornou-se psicanalista, militante revolucionário na França e defensor da transdisciplinaridade, que é posta por ele como possibilidade de entrelaçamento de vários saberes.

Um marco referencial do seu pensamento foi Jacques Lacan (1901–1981), na medida em que destaca as linguagens como meios pelos quais as pessoas se humanizam e se barbarizam nas relações ambientais e sociais, ao considerar suas intrincadas e complexas estruturas psíquicas, mas foi com Deleuze que engendrou novos conceitos referentes como os humanos se relacionam humanamente nas questões ambientais e sociais permeados por sua subjetividade. Com essa matriz ele se caracteriza como autor de grande quantidade de textos, foi criador de diversos movimentos e fundador de uma série de dispositivos políticos que

proporcionaram importantes debates referenciados com a resistência ao que desumaniza e barbariza a sociedade.

Entre os conceitos por ele criados, se destaca nessa pesquisa a Ecosofia (WIKIPEDIA, 2015), é apresentada como um neologismo formado pela junção das palavras: “ecologia” e “filosofia”, ou seja, é um conceito que aproxima atitudes ecológicas com o pensamento abstrato humano. Guattari se afasta da separação ambientalista dualística do humano (cultural) e não-humano (natural) e a ecologia, no seu pensamento é um estudo de fenômenos complexos, incluindo o meio ambiente, as relações sociais e a subjetividade humana nas quais todas estão intimamente interligadas, Guattari (2000) diz que:

(...) o planeta Terra vive um período de intensas transformações técnico-científicas, em contrapartida das quais engendram-se fenômenos de desequilíbrios ecológicos que, se não forem remediados, no limite, ameaçam a implantação da vida em sua superfície. Paralelamente a tais perturbações, os modos de vida humanos individuais e coletivos evoluem no sentido de uma progressiva deterioração (...). Mais do que nunca a natureza não pode ser separada da cultura e precisamos aprender a pensar “transversalmente” as interações entre ecossistemas (2000, p.7)

Nas sociedades originárias a Terra é considerada como entidade viva, e como tal tem exigências e necessidades para manter-se com integridade, é nessa direção que Ernesto Jacob Keim (2020, Apr. 3.1), aponta a dinâmica planetária como de natureza eco-reorganizativa, isto é, todos os elementos que constituem esse sistema complexo, a todo tempo se modificam e são modificados num processo de organização e desorganização permanente. Nessa situação e na dinâmica que envolve a vida Guattari diz que...

...não haverá verdadeira resposta à crise ecológica a não ser em escala planetária e com a condição de que se opere uma autêntica revolução política, social e cultural reorientando os objetivos da produção de bens de consumo de bens materiais e imateriais. Essa revolução deverá concernir, portanto, não as relações de forças visíveis em grandes escalas, mas também aos domínios moleculares de sensibilidade, de inteligência e de desejo. Uma finalidade do trabalho social regulada de maneira unívoca por uma economia de lucro e por relações de poder só pode, no momento, levar a dramáticos impasses (2000, p.9)

Relacionando esses impasses na perspectiva do tema abordado nessa pesquisa, a Fonte da Gamboa surge como o alicerce para se debater o tema da água potável no município de Paranaguá ao apontar a necessidade desse elemento vital figurar como foco fundamental na organização e debate referente à qualidade

de urbanização para que a vida seja valorizada como bem inafiançável. Assim com base em Félix Guattari, esse trabalho descreve em cada capítulo esse tema no contexto das “Três Ecologias” que são: as relações ambientais, sociais e da subjetividade humana, as quais são defendidas pelo autor de forma que...

... que elas devem se desprender dos paradigmas pseudocientíficos, isso não se deve unicamente ao grau de complexidade das entidades consideradas, mas, mais fundamentalmente, ao fato de que no estabelecimento de tais pontos de referência está implicada uma *lógica diferente* daquela que rege a comunicação ordinária entre locutores e auditores e, simultaneamente, diferente da lógica que rege a inteligibilidade dos conjuntos discursivos e o encaixe indefinido dos campos de significação (2000, p.18)

Assim, Guattari aponta para o tema ambiental na perspectiva comunicativa e linguística, ao considerar que a comunicação se caracteriza como forma humana de mediar as relações ambientais como ecológicas considerando que...

Também encontramos essa eco-lógica operando na vida cotidiana, nos diversos patamares da vida social e, de forma mais geral, a cada vez que está em questão a constituição de um Território existencial (...) exacerbando a produção de bens materiais e imateriais em detrimento da consistência de territórios existenciais individuais e de grupo, engendrou um imenso vazio na subjetividade que tende a se tornar cada vez mais absurda e sem recursos GUATTARI (2000, p.29)

Na vida social, para esse autor, também se aplica a dinâmica eco-reorganizativa. Dessa forma se tem aspectos que apontam que o pensamento de Félix Guattari (2000) contribui para a ampliação da análise do contexto histórico como componente de subjetivação, com respeito aos processos que implicam grupos humanos, conjuntos socioeconômicos, etc. de forma que afirma ainda, que somente nessas condições, podem ser gerados os Universos de referências incorporais que pontuam de acontecimentos singulares o desenrolar da historicidade individual e coletiva, assim, destacando essa tensão existencial operar-se-á por intermédio de temporalidades humanas e não-humanas, a organização teórica dessa investigação.

Considerando que a manutenção da qualidade da vida e do ambiente que se tornava cada vez mais urbanizado devido ao aumento populacional, amplia-se aquilo que atualmente denominamos como problemáticas ecológicas sejam elas, ambientais, de relações sociais e da subjetividade humana em todo o contexto planetário.

Nessa condição, afirma-se que a urbanização, vincula-se diretamente aos direitos humanos, pois assim garante-se uma vida emancipada e alicerçada nos princípios eco-vitais, os quais para Ernesto Jacob Keim (2005) são referenciais inalienáveis para uma vida de qualidade e de plenitude, pela condição ontológica e existencial das pessoas e dos demais integrantes ambientais, defendidas pelo autor como:

A alteridade, no debate referenciado nos Princípios Eco-Vitais, não se refere apenas ao outro ser humano, mas a toda vida que caracteriza o planeta como organismo vivo e com o qual temos um destino comum. Os Princípios Eco-Vitais apontam para a essencialidade humana de dignidade da existência. (...) com oito princípios eco-vitais: Alimentos com dignidade; Abrigos com dignidade; Ocupação com dignidade; Produção e Partilha com dignidade; Afeto com dignidade; Cuidado com dignidade; Espiritualidade com dignidade; Pertencimento com dignidade.

Essa referência, considera a dimensão de novidade e ao mesmo tempo de algo absolutamente óbvio, ao apontar que a vida é algo totalmente dependente de respeito, responsabilidade e dignidade, que se manifesta na forma como as pessoas se colocam como parceiros entre si e não como concorrentes nem como elementos adversários e competitivos, como é estimulado pelo sistema de trocas e de distribuição dos bens necessários à vida. Aqui cabe destacar que a ecologia implica diretamente em processos cooperativos e interativos, não cabendo nesse tema a competição e a concorrência, nem a concepção evolutiva, a qual depende na superação de uns sobre os demais.

Dessa forma é fundamental pensar as questões ambientais considerando que a vida é algo inafiançável e, portanto, não admite concessões (KEIM, 2020 apr 4.1), dessa forma essa pesquisa mostra como a água de um bem disponível a todos no olho d'água fica a cada dia mais privado para quem tem condições e acesso à água com qualidade.

Valorizando essas posições a favor da vida com dignidade, trazemos a Carta de Belgrado ao reiterar que os recursos do mundo deveriam ser utilizados de um modo que beneficiasse toda a humanidade e proporcionasse a todos a possibilidade de aumentar a qualidade da vida de todos os viventes.

## 2.1 A ÁGUA COMO AGENTE FUNDAMENTAL À VIDA.

A apresentação dos Princípios Eco-Vitais (KEIM, 2020 apr 4.1), como referenciais para compreensão de uma proposta comunitária e planetária de vida

integrada permite que se observe, com esses argumentos, que alguns grupos sociais dominantes confrontam essas referenciais e os negam, na medida em que promovem aspectos de urbanização em suas localidades onde exercem poderes, de forma que se privilegiaram com essa urbanização, e em sintonia com o tema água, que é central nessa pesquisa, cabe considerar as dinâmicas de captação e distribuição de água potável, onde classes sociais foram segregadas e exploradas com o segmento instalado nos acentos de comando.

A Declaração Universal dos Direitos da Água (1992), os traz a reflexão de que a gestão da água impõe um equilíbrio entre os imperativos de sua proteção e as necessidades de ordem econômica, sanitária e social.

Como paralelo a esses princípios, acrescenta-se o acesso à água potável, que na Carta da Terra (1992), é ressaltado como direito de possuir, administrar e usar os recursos naturais com o dever de prevenir os danos ao meio ambiente e de proteger os direitos das pessoas.

A Declaração Universal dos Direitos da Água, no seu Art. 3 confirma que os recursos naturais de transformação da água em água potável são lentos, frágeis e muito limitados. Assim sendo, a água deve ser manipulada com racionalidade, precaução e parcimônia.

Com isso fica assegurada pelos documentos, à atual e às futuras gerações a necessária disponibilidade de água, em padrões de qualidade adequados aos respectivos usos, como um dos objetivos da Política Nacional de Recursos Hídricos, de 1997. No entanto, a Natureza não pode ser entendida apenas como uma massa de recursos a ser explorada, conforme nos diz Acosta (2016), mas, sim, identificar como a dotação e o consumo dos recursos naturais intervêm no bem-estar das pessoas.

Em função de um ambiente construído, o ambiente conceituado como natural é vislumbrado em conformidade aos valores humanos, conforme Milton Santos (2001, pág. 233):

A história das chamadas relações entre sociedade e natureza é, em todos os lugares habitados, a da substituição de um meio natural, dado a uma determinada sociedade, por meio cada vez mais artificializado, isto é, sucessivamente instrumentalizado por essa mesma sociedade.

Milton Santos um dos mais renomados teóricos brasileiros, de uma genialidade reconhecida mundialmente, no que se refere às questões ambientais e

geográficas, trouxe em suas obras uma sistematização teórica e complexa ao tecer críticas em relação ao capitalismo como forma seletiva de distribuição não igualitária do que é fundamental à vida, fomentou uma nova abordagem epistemológica aos conceitos de espaço e paisagem. Com o livro “A Natureza do Espaço” (1996), ele se utiliza da relação de “intencionalidade”, entre o homem e o mundo, assim como, ocorreu com a Fontinha da Gamboa e a água potável em Paranaguá.

Esse espaço natural sendo substituído por meios urbanos onde as relações sociais e seu meio ambiente são alterados pela ação humana se faz necessário compreender as especificidades envolvidas nessa urbanização.

Com a substituição desse espaço natural pela implementação do desenvolvimento urbano, surgem questões relevantes apontadas por Porto Gonçalves (1989) como:

[...] extinção de espécies, desmatamento, uso de agrotóxico, urbanização desenfreada, explosão demográfica, poluição do ar e da água, contaminação de alimentos, erosão dos solos, diminuição das terras agricultáveis pela construção de grandes barragens, ameaça nuclear, guerra bacteriológica, corrida armamentista, tecnologias que afirmam a concentração de poder, entre outras.

Essa citação aponta para o fato de que as degradações ecológicas provocam complexidades e polêmicas diversas (GONÇALVES 1989, p.26), que implicam outros valores, que por si só colocam questões de ordem cultural, filosófica e política. O mesmo autor aborda que é fundamental que se reflita como foi e como é concebida a natureza na nossa sociedade, ou seja, a cultura é pensada como algo superior e que podemos assim, controlar e dominar a natureza. Essa dominação, por ele chamada de inconstância e imprevisível, implica em dominar o instinto, as pulsões e as paixões.

Porto Gonçalves (1989, pág. 27), afirma que em torno do conceito de natureza se tecem no dia-a-dia as relações sociais. Talvez seja agora interessante localizar de onde brota essa visão de natureza entre nós.

Na concepção de James Lovelock (2010), “a Terra é um ser vivo”, pois para ele o planeta Terra é repleto de complexidades e características próprias que se caracterizam pela interação dos seus incontáveis ecossistemas com identidades distintas num processo auto-regulador. A esse sistema é estabelecida a denominação de sua hipótese como “Gaia”, que é a deusa grega representada pela Terra, o que os povos originários andinos traduzem como “Pachamama”, Mãe da

vida na Terra. Demonstra-se dessa forma que o meio ambiente é um conjunto de elementos complexos e concebidos, levando-se em questão as conexões em relação à água, enquanto elemento ambiental, social, econômico e absolutamente indispensável à vida e às diversas atividades humanas.

Nessa dinâmica chegamos à história da água potável em Paranaguá a qual se classifica como híbrida ao se considerar que as relações ambientais, sociais e com a subjetividade humana ocorrem como uma intencionalidade ao atender às necessidades de urbanização. Essa expressão segundo Milton Santos (2006, p.90) é igualmente aplicável ao apontarmos os diferentes e diversos processos de produção de coisas, o que no caso de Paranaguá, se refere à Fontinha da Gamboa, com a qual se constituiu a água como princípio do uso como um recurso, em outras palavras, dotando-se valor econômico ao serviço de distribuição da água potável. Nesse sentido Milton Santos (2008, pág. 111), afirma que:

(...) o território não é apenas o lugar de uma ação pragmática e seu exercício comporta, também, um aporte da vida, uma parcela de emoção, que permite aos valores representar um papel. O território se metamorfoseia em algo mais do que um simples recurso (...)

Assim cabe questionar a legitimidade de mercantilizar um elemento natural que é essencial à vida de todos os viventes e como valorar um monumento que fornece esse agente vital sem pensar em termos econômicos e financeiros, em um contexto social, que tem o mercado como referencial fundamental de valoração do que é inerente e fundamental para a vida.

Conforme MILTON SANTOS (2006, p. 90), “a noção de intencionalidade permite uma outra releitura crítica das relações entre objeto e ação, que discorre de uma percepção relacional entre o objeto, o homem e a ação”, ou seja, a busca pela água foi a intenção para a construção do monumento levando a valorá-la, o mesmo autor defende que “seria como um resultado da relação entre o homem e o mundo, entre o mundo e o seu entorno”. Ele também afirma que “a ação humana, pois, inclui um retro efeito de parte das coisas que ela própria, a ação humana, vivifica, como um corredor entre o sujeito e o objeto”, formalizando a edificação para o consumo e exploração daquela água.

Na análise de Cláudia Batesttin e Benjamin Panduro Munhoz (2018, pág.47) mostra-se que a existência do homem está diretamente correlacionada com a existência da técnica, ou seja, o ser humano tem essa condição própria, de



relacionar-se com o meio a fim de garantir a sua sobrevivência. Com a manipulação e construção da Fontinha da Gamboa para garantir o abastecimento àquela sociedade que se firmava em Paranaguá, temos um exemplo direto desse processo decorrente da inteligência e potencial interativo dos humanos com os ambientes.

Essa questão do acesso à água potável vem no rol de debates que têm foco na saúde, no contexto ambiental, e no bem-estar social com base no desenvolvimento urbano. Cabe então apontar que esse desenvolvimento não pode se caracterizar como agente de discriminação de quem tem mais e melhor direito à água, mediado pelo poder de pagamento pelo consumo. Assim, a água não poderia se caracterizar como produto a ser comercializado por grupos que detenham o poder sobre a distribuição desse bem essencial e fundamental para a vida.

No Brasil essa responsabilidade de gestão de recursos hídricos, é controlada pela Agência Nacional da Água. Sendo assim, a água por ser um bem de uso comum e tocante mundialmente, subordina-se ao encargo individual e coletivo das populações humanas, sendo um direito de todos sem nenhum tipo de discriminação ou violação de direitos, como o acesso a água e conseqüentemente ao saneamento básico.

Visto que, Ernesto Jacob Keim (2020 apr. 4.3) defende que o planeta como astro cósmico se manifesta como globo e como mundo conforme a posição com que os humanos se relacionam com ele, assim:

Para compreender a complexidade inerente ao que caracteriza o mundo, como contexto altamente complexo que comporta o que caracterizamos como vida, a qual é constituída pela interação de aspectos de materialidade, imaterialidade e amaterialidade, como decorrência temos a natureza da relação dos humanos com o planeta, transformando-o em mundo, na medida em que a ele os humanos agregam bens materiais e imateriais, sem fronteiras e esse planeta também se mostra como Globo, quando se valoriza as fronteiras e as relações de maneira que o planeta se caracterize como globalização/mercantilização e não como mundialização/interações compartilhadas.

Portanto, a vida depende inteiramente do uso e gerenciamento correto da água enquanto meio de vida, mas conforme Ernesto Jacob Keim (2020 apr. 4.3) os humanos transformam o planeta em Globo quando suas relações se dão por meio de fronteiras e muros estabelecidos que separam e dividem e nesse sentido, transformam a água em recurso, portanto em algo que tem preço, e se tem preço também tem dono. Mas então cabe a pergunta desse autor, “como pode alguém se arvorar como dono da água, se ela é fundamental para a vida de todos os viventes”?



Assim a água, os alimentos e também o ar, vistos como recurso, se apresentam como algo surreal, pois isso vai além da premissa de valor econômico, conceitual e da subjetividade agregados às transformações humanas, diz Milton Santos (2005, p.159), que em cada lugar, os sistemas sucessivos do acontecer social distinguem períodos diferentes, permitindo falar de hoje e de ontem, isto é, a questão da água potável sempre será relevante e sempre necessária para manter a vida com dignidade.

Cláudia Batestin e Benjamin Panduro Munhoz (2018, pág. 49) interpretam essa questão, pensando no âmbito da natureza, pois ela não precisa dos humanos para sobreviver, mas eles precisam inteiramente da natureza para a sua existência e sobrevivência. Essa posição mostra que a exuberância da natureza, que ultrapassa os limites da propriedade e a total dependência para a vida humana, almejando-se a ética como fundamento para essa interação, tendo a Mata Atlântica como mantenedora do ciclo hidrológico, na região a que esse trabalho se refere.

Nesse contexto, destaca-se a importância das nascentes para manter o equilíbrio ambiental, seja para a formação de rios ou para o abastecimento de cidades. Assim, consideramos que nascente é um sistema ambiental marcado por uma feição geomorfológica ou estrutura geológica em que ocorre a exfiltração da água de modo temporário ou perene, formando canais de drenagem a jusante conforme FELIPPE, M. F., & MAGALHÃES JÚNIOR, A. P. (2013), isto é, um local onde a água subterrânea aflora naturalmente, mesmo que de forma intermitente. Esse processo está explicitado no item 3.1 desse texto.

Quanto ao movimento aquífero nos solos e na superfície de nosso planeta, cabe destacar a posição ética, apontada na Carta da Terra (1992), a qual convoca os humanos e os chama para atitudes com responsabilidade dizendo que:

[...] devemos decidir viver com um sentido de responsabilidade universal, identificando-nos com a comunidade terrestre como um todo, bem como com nossas comunidades locais. Somos, ao mesmo tempo, cidadãos de nações diferentes e de um mundo no qual as dimensões local e global estão ligadas. Cada um compartilha responsabilidade pelo presente e pelo futuro bem-estar da família humana e de todo o mundo dos seres vivos. O espírito de solidariedade humana e de parentesco com toda a vida é fortalecido quando vivemos com reverência o mistério da existência, com gratidão pelo dom da vida e com humildade em relação ao lugar que o ser humano ocupa na natureza.

Inteirados nessa responsabilidade universal há a possibilidade de um reconhecimento individual e coletivo do direito à vida e a um meio ambiente salutar e de dignidade para todas as espécies vivas.

Em concordância, destacamos também que o documento internacional, conhecido como Carta de Belgrado (1975), defende a necessidade de que seja assumida e adotada uma...:

[...] uma nova ética global – uma ética que promova atitudes e comportamentos para os indivíduos e sociedades, que sejam consonantes com o lugar da humanidade dentro da biosfera; que reconheça e responda com sensibilidade às complexas e dinâmicas relações entre a humanidade e a natureza, e entre os povos. Mudanças significativas devem ocorrer em todas as nações do mundo para assegurar o tipo de desenvolvimento racional que será orientado por esta nova ideia global – mudanças que serão direcionadas para uma distribuição equitativa dos recursos da Terra e atender mais às necessidades dos povos.

Nesse âmbito, ao lidarmos com o desafio de uma ética global, devemos fomentar uma proposta de vida com base na motivação de humanização, no sentido de assumir que o dever dos humanos frente à vida com sua complexidade caracteriza sua vivência terrena com as experiências e cosmovisões de suas próprias histórias, de suas relações e do seu tempo.

Ao analisar o art. 225 do Código das Águas, sugere-se que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para presentes e futuras gerações.

Para que pudesse estabelecer este direito, surge o reconhecimento do Poder Público com a responsabilidade pela proteção ambiental, por estes motivos a conservação das florestas e mananciais torna-se essencial para a segurança e manutenção da água.

Nesta perspectiva salienta-se que a Fontinha da Gamboa é uma reconexão com os ecossistemas, como as florestas, que são as grandes “fábricas” de água. Para Milton Santos (2005, p. 94), a urbanização, realça a inseparabilidade entre a ação e o objeto.

Predominam-se nas questões de urbanização o acesso à água potável e ao saneamento básico que são preponderantes para uma qualidade de vida e respeito aos ecossistemas, ou seja, a existência relacional das ações defendida por Milton

Santos (2006) reflete na natureza e na sociedade presente em cada momento histórico.

## 2.2 A ÁGUA COMO ELEMENTO ESTRUTURAL DA SOCIEDADE URBANIZADA

A referência sobre a qualidade da vida em uma sociedade urbanizada, está relacionada ao grupo que exerce seu poder organizativo, na medida em que se caracteriza, como organização vinculada à estrutura dos estamentos sociais, na dinâmica econômica e na perspectiva que representam os fatores ambientais, que constituem as características de uma cidade. Nesse sentido a dinâmica organizativa, ou seja, a governabilidade estatal, ostenta a marca de se inserir no contexto planetário, que se apresenta como civilizada, para, de acordo com o tema central desse texto, tratar de como a água potável se caracteriza como um marco primordial e estrutural de existência e sobrevivência da sociedade urbanizada.

Para Ernesto Jacob Keim, o ser civilizado, embasado na perspectiva da Fenomenologia, e o Ser Planetário correspondem a quanto a vida da pessoa é permeada por responsabilidades, amparadas em princípios, dos quais não pode abrir mão, e que são estabelecidos pelas necessidades coletivas. Essa responsabilidade de todos por tudo e por todos, é conforme essa abordagem filosófica, uma marca fundamental do que vem a ser agente integrante de ambiente civilizado. Assim, buscar o bem comum é atributo referencial do que caracteriza civilização, e é marca que diferencia essa organização da Barbárie. Assim, um ambiente e uma organização social que está distante desse referencial fundante, caracteriza-se como organização de Barbárie.

Ser civilizado é então segundo Ernesto Jacob Keim, ao se referenciar à Fenomenologia e o Ser Planetário (KEIM, 2020 apr 4.3), aquele ente humano que relaciona suas ações a partir da consciência pautada na criticidade e na emancipação a favor da vida, no que se refere às forças e poderes com que reage às que sofre e como as exerce. Essa consciência de ação decorrente das forças e poderes que sofre e exerce, o caracteriza como ser político.

Com esses pressupostos que possibilitam reconhecer o humano como ser político, Ernesto Jacob Keim (2020 apres. 3.1), compreende que cidadão é a pessoa que se submete aos preceitos, normas e condições postas para regular a vida

entremuros, ou seja, nos contextos mediados por regras, normas e leis, que regem as formas que estabelecem as condições de pertencimento das pessoas, nos cenários urbanizados e organizados de família, estado, nação e planeta, ou seja, reconhecemos como cidadania a clareza com que é posta e debatida criticamente à percepção de direitos e deveres, de forma que toda pessoa, na condição de cidadão se reconhece como ser político.

Esse reconhecimento implica segundo Ernesto Jacob Keim, que a pessoa tenha consciência, preferencialmente crítica, e não se restrinja a ter consciência romântica, ingênua, alienada, asséptica e mítica, das forças e poderes que sofre e que exerce e com elas interagem com as demais.

Paulo Freire em seu livro “Educação como prática da liberdade” (1967, pág. 46) referenda essas posições ao dizer que:

O conceito de relações, da esfera puramente humana, guarda em si, conotações de pluralidade, de transcendência, de criticidade, de consequência e de temporalidade. As relações que o homem trava no mundo com o mundo (pessoais, impessoais, corpóreas e incorpóreas) apresentam uma ordem tal de características que as distinguem totalmente dos puros contatos, típicos da outra esfera animal. Entendemos que, para o homem, o mundo é uma realidade objetiva, independente dele, possível de ser conhecida. É fundamental, contudo, partirmos de que o homem ser de relações e não só de contatos, não apenas está *no* mundo, mas *com* o mundo. Estar *com* o mundo resulta de sua abertura à realidade, que o faz ser o ente de relações que é.

Com isso, a pessoa humana, como ser relacional com seu entorno, insere no seu meio, nas relações sociais e consigo mesmo uma esfera de acolhimento afetuoso e fraterno muito mais amplo e repleto de ações modificadoras. Ernesto Jacob Keim, (2011) detém, claramente a ideia de que, o humano ao buscar a compreensão da complexidade que caracteriza a vida, tem que reconhecer que o Ser Social é um complexo de complexos, matizado por diferentes ações referentes ao que vem a ser humano, portanto, ontológico em suas inúmeras vertentes.

Essa perspectiva ressalta o trabalho, como elemento social, que humaniza o humano, permeado pela ética, com ênfase em amorosidade, compaixão, misericórdia e partilha, em lugar do egoísmo e da competição, atributos que referenciam e indicam a condição do Ser Social e Planetário, que se diferencia com uma expressão individual e coletiva, que aponta o trabalho como ação fundamentalmente humana, pois é por meio da capacidade de realizar trabalho, que o humano se humaniza. (BOFF, 2001)

Novamente em Paulo Freire (1967, pág. 39) buscamos um destaque importante para caracterizar esse Ser Social e planetário, na medida em que:

Sozinho o meu nome é ninguém, mas com os outros ele pode ser até Deus. Estabelecer um sentido crescente de interação afetiva na intercomunicação cujo fim está nela mesma e não no servir a algo situado utilitariamente fora dela. Fora do ritual do encontro com o meu outro, que é o momento e o evento em que ele e eu recuperamos um pleno sentido pleno de Vida. Ensinar e aprender a conviver com os outros, entre todos nós, em todos os campos e planos da vida, (...)

A formação do Ser Social é então abarcada de experiências recíprocas com o diverso e com o outro o que dá sentido à vida social, segundo Leonardo Boff (2001, PÁG.27), ao apontar que é em momentos críticos como os que vivemos, é que temos a possibilidade de revisitarmos a sabedoria ancestral dos povos, e nos colocarmos na escola de uns e outros, e assim podemos nos analisar como nos situamos nesse movimento que se refere a uma memória coletiva e de saberes. BOFF (2001) diz que todos se fazem aprendizes e aprendem desde que se disponham e se colocam disponíveis para tal fim.

Essa referência de Leonardo Boff nos remete a um ponto central nessa pesquisa que trata de água, mas água em contexto urbanizado, e se falamos de urbanizado estamos falando de pessoas que se constituem como integrantes de uma Urbe, ou seja, de uma Comunidade Organizada como vila e cidade. Assim, chegamos ao ponto de refletir, que a água a que nos referimos, ou seja, a água que vertia da Fonte da Gamboa servia diferentemente a pessoas indígenas, a europeus e africanos escravizados que constituíam a sociedade primeva de Paranaguá.

Bruna Scheifer comenta sua percepção sobre Paranaguá, defendendo que o sonho de progresso e de uma sociedade é evidenciada pela imprensa como posição ideológica. Nesse sentido cabe destacar que postura ideológica se refere aos discursos de quem manda e é contraposta pelas posturas e ações utópicas quando se refere aos discursos e atitudes de quem resiste e enfrenta a tirania que os barbariza ou apenas controla e media ações e desejos (KEIM, 2020 apr 4.3).. Assim temos, conforme a autora destacada acima, que:

Ao tentarmos ler Paranaguá sob a ótica da imprensa e das mensagens e relatórios de governo, estamos considerando que o domínio do imaginário é constituído por um conjunto de representações através das quais, tenta-se reconstituir complexidades de uma sociedade. As estratégias de construção do quadro urbano possibilitam a expressão mais visível e concreta da realização do ideário de progresso e civilização..(SCHEIFER, 2008, pág.12)

Com essa referência temos uma pluralidade nas relações que evidenciam a impossibilidade de saber como é objetiva e diretamente a relação dos humanos com o mundo, na medida em que responde à ampla variedade dos seus desafios, muitos díspares e inconclusos. Nesse sentido quando buscamos a compreensão do passado por meio de relatos divulgados pelas diferentes formas de comunicação estaremos sempre frente a diferentes e simbólicas representações, as quais variam de forma e de sentido para o mesmo evento. Assim na pesquisa documental, amparada em reportagens como é o caso dessa pesquisa em que se pretende compreender o papel da água como elemento estruturante da sociedade organizada conhecida como Paranaguá deve-se considerar que todas as possibilidades nos remetem a representações que apontam o que o autor percebeu e como ele considerou adequado divulgar.

Essa reflexão remete ao ponto de que as representações impressas na imprensa carregam a marca da ideologia ou da utopia que permeava aquele meio de comunicação se alinhado ou se contrário ao poder vigente. Uma alternativa interessante pode ser a investigação que se ampara no imaginário popular, por esse motivo essa pesquisa buscou as lendas e os contos fantásticos que envolvem a água em Paranaguá e em especial a Fonte da Gamboa.

Assim temos a água como elemento estrutural da sociedade organizada no litoral paranaense, contada por meio dos registros deixados pelas diferentes formas de comunicação que foram disponibilizadas para lembrarmos e pensarmos como foi naquela época em local tão distanciado do centro de poder da Brasil da época.

No entanto, nesta pesquisa, observa-se que se formou em Paranaguá uma sociedade com um montante de antagonismos e contrastes e seria uma temeridade definir elementos conclusivos do que foi e do que pretendia essa sociedade tão complexa dessa sociedade entre os séculos XVII à XIX, ainda é algo pretencioso, pois muitas são as visões objetivistas e também imaginárias que podem obscurecer alicerces seguros para desenvolver padrões que garantam afirmativas conclusivas. Mas a quem pode interessar afirmativas conclusivas em cenário de historiografia? Temos que é mais seguro continuar no caminho de organizar argumentos que caminhem em todas as direções para viabilizar toda sorte de compreensões e entendimentos que certamente ampliarão a capacidade reflexiva e argumentativa dos investigadores e dos seus futuros leitores, atendendo assim um propósito

importante da abordagem de ciência amparada na Fenomenologia e o Ser Social e Planetário, sem maiores perspectivas paradigmáticas.

### 2.3 A ÁGUA E A SUBJETIVIDADE HUMANA NA URBANIZAÇÃO

Debruçando-se na subjetividade e nas relações de formações e transformações mútuas e complexas, ou seja, oriundas e referenciadas nas relações sociais tendo como ponto central o uso da água e a urbanização, nos lançamos num cenário muito diverso ao se considerar que a subjetividade é um referencial pouco valorizado na sociedade movida pela racionalidade e ampliada pela objetividade posta e imposta pelas abordagens positivistas que permeiam o cotidiano brasileiro.

Assim, vamos refletir as formas com a subjetividade humana amparada em representações e reconhecimentos atribuem a um elemento significados para toda a existência das comunidades. Dessa forma chegamos ao debate de como a água se torna o centro dessa investigação. Para tal consideramos que a água constitui a maior parte do planeta Terra, sendo o mesmo chamado de “Planeta Água”, da mesma forma que a água constitui a maior parte do corpo dos humanos e da maioria dos animais. Dessa forma temos que a água por ser vital para a vida dos seres humanos, se apresenta como algo essencial tanto para manter o equilíbrio hídrico dos corpos, quanto para manter as atividades humanas nas ações necessárias para manter-se vivo e com saúde.

Considerando essas prerrogativas iniciais, temos que a água se manifesta como um componente planetário que por si só se manifesta como um direito inalienável a todos os seres vivos, não cabendo de forma alguma justificativa para que ela se torne propriedade e objeto de venda e cobranças que selecionam quem tem acesso ou não a esse bem tão necessário à vida.

Essa observação mostra que a água tem um viés bastante claro e objetivo e tem outro bastante dúbio, pois, sempre se vê envolvido em debates os mais diversificados. Nesse sentido a Carta da Terra nos remete à seguinte posição que é incontestável considerando que:

“..., devemos decidir viver com um sentido de responsabilidade universal, identificando-nos com a comunidade terrestre como um todo, bem como com nossas comunidades locais. Somos, ao mesmo tempo, cidadãos de nações diferentes e de um mundo no qual as dimensões local e global estão ligadas. Cada um compartilha responsabilidade pelo presente e pelo futuro bem-estar da família humana e de todo o mundo dos seres vivos. O espírito de solidariedade humana e de parentesco com toda a vida é fortalecido



quando vivemos com reverência o mistério da existência, com gratidão pelo dom da vida e com humildade em relação ao lugar que o ser humano ocupa na natureza.”

Essa posição é para Ernesto Jacob Keim, um referencial com diferentes percepções, as quais se mostram com elevado grau de subjetividade, pois são decorrentes das histórias pessoais e das cosmovisões, nas quais cada pessoa e cada grupo social, estão ancorados frente às necessidades sentidas e percebidas para manterem-se vivos, sendo, portanto, subjetivas, pessoais e individuais que se manifestam como representações e reconhecimentos, os quais são simbólicos e não materiais.

Com essa pesquisa, portanto, não se visa, aqui, a “ultrapassar” ou apagar (...) da memória o fato, conforme Felix Guattari, mas reorientar seus conceitos (...) para fazer deles outros usos (...), com uma subjetividade totalmente ancorada no passado individual e coletivo, que carrega a marca objetiva de fornecimento de água e de forma subjetiva, ao considerar que o local de coleta de água se caracterizava também como um ponto de encontro motivado pela necessidade do líquido precioso, e da necessidade subjetiva de convivência das pessoas que passavam a estabelecer diferentes níveis de relação, enquanto ocorriam as operações de recolhimento e espera da vez, para ter suas necessidades atendidas.

Fortalecendo os esses processos sociais e práticos do uso da Fontinha, temos a posição de Carlos Rodrigues Brandão (2018, pág. 15), “o qual sugere que novas compreensões e novas sensibilidades, devam ser incrementadas para alcançar novos sistemas de atar uma coisa na outra”, ou seja, como estabelecer as relações que são próprias e naturais, como decorrência da humanidade dos humanos.

Essa posição mostra quão sutil se torna um processo que pretende debater um monumento histórico como, a Fonte da Gamboa, pois ele se entrelaça com incontáveis e indefiníveis ações que geraram seu surgimento e organizaram sua utilização. Essas ações carregadas de diferentes e diversas subjetividades relacionais e de poderes constituíam formas de relação e enfrentamentos os mais diversos, tanto no cenário da objetividade, quanto da subjetividade das relações de poder, que por ali passaram a estabelecer formas de relações, que tinham a utilização da água potável como argumento de sustentação.



Essa reflexão nos remete a refletir sobre as posições levantadas por Carlos Rodrigues Brandão, mostrando...

(...) que reaprender a pensar com o sentimento e a sentir com a reflexão, segundo. Se o meu “amor pelo cosmos” não abrigar o meu “amor pelo outro”, ele pode não ser mais do que uma forma ingênua ou fugidamente maldosa de ilusão de mim-mesmo. Ou será que o meu compromisso com a paz não começa pela questão da justiça e dos direitos humanos das pessoas à minha volta? (pág.26)

Essa memória bem-aventurada não foi apagada da memória e consciência da humanidade, até os dias de hoje – seja projetada no passado, a ser resgatada, seja, no futuro, a ser construída, conforme Leonardo Boff (2001). Transportando essa posição para o cenário e que se projeta essa pesquisa, cabe refletir e projetar imaginativamente, como se davam e quais as consequências das relações de poder e das cismas que surgiram e se desenvolveram no âmbito do ambiente constituído pela fonte, a água e as pessoas que ali se reuniam. E interessante considerar os diferentes interesses e os conflitos decorrentes de ações e posições sociais e políticas, pautadas nas diferenças estabelecidas entre as classes sociais dos frequentadores da Fonte.

Assim trazemos novamente Leonardo Boff, quando nos leva a refletir que esses encontros e esses processos sociais e políticos, por mais que se mostrassem controlados, devam ser considerados na perspectiva de que em todos os grupos sociais, temos diferentes cosmovisões, que são formas como cada comunidade ou grupo social olha para dentro de seu mundo, e, portanto, cada um desses segmentos projeta uma imagem e uma forma de ser e agir, que de certa forma se confronta com as demais posições, gerando em muitas possibilidades conflitos geradores de brigas e também encontros que selavam acordos de paz, conforme palavra de Leonardo Boff (2001), ao dizer que:

Só podemos entender o ser humano-Terra se o conectarmos com todo esse processo universal; nele os elementos materiais e as energias sutis conspiraram para que ele lentamente fosse sendo gerado e, finalmente, pudesse nascer.

Nesse contexto, a interpretação da subjetividade humana se mostra como uma manifestação, que pode ocorrer tanto no âmbito individual quanto no coletivo, fazendo com que o sujeito humano se humanize cada vez mais na medida em que toma conhecimento dos objetos externos a partir de referenciais próprios, com os

quais se percebe intrínseco ao meio ambiente, na interpretação da natureza e no âmbito da cultura. Novamente recorremos a Leonardo Boff (2001, PÁG. 71) ao defender que:

(...) essas condensações da profundidade humana, esses arquétipos ancestrais, por mais metafóricos que sejam nunca perdem sua conexão com certo conteúdo histórico-social. Não são apenas projeções de nosso imaginário sem raízes na realidade. Nem são simples matrizes mentais, (...). Tais realidades lançam suas raízes nas experiências ancestrais, comunitárias e sócio-políticas da humanidade.

Dessa forma temos um retorno ao título inicial desse capítulo ao anunciar que nele seriam debatidas as formas como meio ambiente, sociedade e subjetividade humana se relacionaram com a dinâmica da água potável, no sentido de viabilizar qualidade de vida, em uma região que se urbanizava. Esse processo certamente implicou na compreensão de como o imaginário decorrente dos desejos e propósitos, dos que ocupavam esse território e se impuseram sobre os demais, consideravam como as possibilidades de organizar ambientes cada vez mais adequados. Imaginavam e consideravam propício e bom para ampliar a qualidade da vida, o que aponta que podem ter ocorrido muitas disputas de poder e muitos confrontos sociais entre as diferentes cosmovisões que estabeleciam os cenários subjetivos desse processo de avanço da modernidade.

### **3 DECORRÊNCIAS HISTÓRICO-AMBIENTAIS DO OLHO D'ÁGUA À FONTE E À ÁGUA ENCANADA**

Na perspectiva de interesse pela região de Paranaguá, essa região era foco de integrantes da Coroa Portuguesa com propósitos de colonização, e também por parte dos navegadores, pois essa baía com águas serenas, era adequada para os reparos nas navegações e seu reabastecimento de alimentos e em especial de água. Quanto à colonização havia a necessidade de desenvolver a integração do sul do território brasileiro, com as demais regiões que já estavam em processo de ocupação bem adiantado, conforme os processos colonialistas praticados pela coroa portuguesa, por volta da segunda metade do século XVII. (depois do ano de 1650).

Outro ponto interessante foi o fato de o Paraná não representar polo de interesse para a exploração mineral, pois nessa região não havia profusão de minerais nem dos demais materiais, que caracterizavam as necessidades de rapina executada por esses europeus, mas a costa adequada para apoio às navegações repercutia como ponto de interesse.

Podemos especular que o interesse pelo litoral do Paraná se dirigia então à existência da baía de Paranaguá, pois ela oferecia boas condições de navegabilidade e apertamento, o que possibilitou a instalação de um porto, que tinha importância estratégica para reabastecimento principalmente de água, e para reparos necessários para a continuidade da viagem, mas essa região ganhou muita importância na questão referente ao tráfico de negreiro, pelo fato de atuar como um porto pelo qual ocorreram muitos desembarques posteriores às regras de restrição à chegada dessas embarcações nos demais portos brasileiros..

Assim, com essas posições preliminares, é importante destacar que a história, no que se refere às questões ambientais, manifesta-se como um processo delineador de intencionalidades, as quais se amparam tanto em ações individuais como coletivas. São responsabilidades globais do ontem, do hoje e do amanhã, sob olhares e saberes dialógicos, pois é importante enfatizar uma preocupação histórica, social e subjetiva, capaz de se mover para uma ação transformadora e intensiva nos diferenciados ambientes com a vida.

Esse breve preâmbulo organiza de certa forma um prefácio desse capítulo que tem o propósito de debater a Fonte da Gamboa e a distribuição de água potável

encanada para as casas de Paranaguá, considerando os aspectos referenciais do capítulo 2, ou seja: água e vida; água e sociedade e água e subjetividade.

### 3.1 DO LENÇOL FREÁTICO AO OLHO D'ÁGUA DOS INDÍGENAS

No contexto do alcance geopolítico dessa investigação, a região de Paranaguá era ocupada por indígenas Carijós, os quais possivelmente se serviam de água potável, no olho d'água em torno do qual foi erguida a Fonte da Gamboa.

Para os indígenas a água sempre foi reverenciada como ente sagrado e, assim os Carijós que se fixavam na Cotinga, possivelmente se abasteciam com água potável no olho d'água a que se refere essa pesquisa, e se tem registros de que essa nascente era resguardada de tal forma que esses Carijós, mantinham suas moradias longe dela.

Como continuidade cabe destacar para o fato de a cosmovisão dos povos originários, que ocupavam essa região, diverge frontalmente da relação que os europeus invasores têm com os ambientes, quanto à proposta de adotar a água como recurso, o que fica implícito uma perspectiva de valor, que a coloca como produto a ser usado e consumido e até comercializado.

Nessa dimensão, Porto Gonçalves (2016), aborda que “as comunidades indígenas e as sociedades orientais são, via de regra, evocadas como modelos de uma relação harmônica com a natureza”. Mas essa posição na contemporaneidade se mostra no mundo europeizado de forma diametralmente oposta, pois os ambientes planetários são encarados como fontes de recursos que atendam às necessidades postas pelas comunidades emergentes, tanto para conseguir água potável como para organizar um processo que estabeleça formas de controle e poder sobre uma hierarquização do uso da água. Essa posição se ampara na enunciação da Lei das Águas (1997), que prevê a gestão dos recursos hídricos, como recurso a ser comercializado e gerenciado a partir de referenciais econômicos e financeiros. Com base nessa posição, da água como bem coletivo, disponível a todos, podemos apontar a consciência e a motivação para a construção de uma estrutura edificada, que garantiu a condição ao uso e aproveitamento da água, do tradicional olho d'água, até que atualmente essa fonte jorra água de pureza

duvidosa, pois sua nascente certamente foi afetada pela crescente e descuidada urbanização.

Nesse cenário, Porto Gonçalves (2006), nos diz que os elementos edificados de forma fixa, ao se configurarem como elementos constituintes da paisagem, fixados em cada lugar, permitem ações que modificam o próprio lugar, gerando fluxos novos ou renovados que criam e/ou recriam as condições ambientais e as condições sociais, que definem e/ou redefinem cada lugar.

O olho d'água a que se refere essa pesquisa foi descrito na obra de Vicente Nascimento Júnior (1980, pág. 308) como simples fonte natural, borbotando ao pé da ribanceira, a fresca linfa que dessedentava os Carijós e da qual logo se apossaram os colonos, para o abastecimento do nosso povoado. Com a ampliação populacional e, portanto, com o aumento na demanda do que era essencial à vida, ocorreu como decorrência, uma mudança na forma como a água passou a ser captada e também controlada, o que era desfocado da valorização que a cultura indígena destinava à água.

### 3.2 A CONSTRUÇÃO DA FONTE COMO MARCO DE URBANIZAÇÃO

Esse processo de formação e organização social e ambiental, adaptando um espaço diferente do qual estavam habituados em seu continente de origem tem em Manoel Viana (1976, pág. 23) o relato sobre a apropriação da fonte de água que era utilizada pelos indígenas Carijós, quando os moradores da Cotinga, chefiados por Domingos Peneda, passaram para o continente, ocupando a margem esquerda do rio Taquaré e se instalaram no chapadão onde se achava o "olho d'agua".

Com o aumento da população e maior necessidade de água potável partiram para o necessário represamento da água que corria para o rio Taquaré. A partir dessa situação algumas decisões foram tomadas, conforme relatadas por Vicente Nascimento Júnior (1980, pág. 309):

Limpo o caminho da Gamboa, ao longo da que no futuro seria a rua da Fonte ou Conselheiro Sinimbu, em 4 de abril de 1657, os vereadores, em sessão dessa data, projetaram as obras que consistiam em represar a água, para juntá-la em volume suficiente ao consumo da população, pois na época não existia próximo outro manancial, e exceto a água da Gamboa, só a de poços, mui salobra, ou a água vermelha do mato e a estagnada dos grandes alagadiços...

Com esse repesamento a comunidade que se organizava desenvolveu uma importante construção para benefício da população, o que Ernesto Jacob Keim (2018), destaca ao refletir sobre a dinâmica de ocupação territorial, a qual se inicia com a valorização da capacidade potencial de criação, relação e produção de cada pessoa, como ser que se responsabiliza, com as consequências geradas por suas ações. Com essa consciência de responsabilização é possível estabelecer as necessárias interações com os componentes do entorno, para superar as necessidades coletivas e sociais. Essa posição ganha poder na medida em que ocorre a substituição do natural, pelo que é decorrente de sua transformação, mas de tal forma que a dinâmica ambiental sofra impacto contornável e que na medida do possível tenha repercussão como benefício social.

Possivelmente esse processo de responsabilização tenha se desenvolvido, mas a urbanização se complexifica na medida em que a comunidade se expande e esse processo pode ser mensurado ao se verificar o ritmo imposto pelos acontecimentos com o passar dos anos. Sim, o tempo é inflexível e com ele vem à expansão das instalações que acomodem os humanos e nesse cenário multiplicam-se os arruamentos e os espaços de construção de habitações o que exige equivalência nos processos de atendimento às necessidades da população que se acomoda nesses novos espaços.

Nesse conjunto de mudanças o olho d'água se modifica, com a construção em alvenaria do que ficou conhecido como a Fontinha do Gamboa, como podemos ver nas imagens que seguem.

A Fonte da Gamboa foi construída em 1658 e emoldurada em 1714 (...). Em 1866, aos 23 de janeiro, houve a inauguração e abertura das "torneiras" do "chafariz" e entrega das mesmas à servidão pública.

Temos assim uma construção com uma mureta baixa que servia de apoio para os recipientes de transporte de água, para o descanso das pessoas e para apoio ao fazeres próprios de uma bica d'água, como lavagem de roupas e preparação preliminar de alimentos. Certamente essas dinâmicas deixavam restos, os quais de certa forma exigiram uma regulamentação, e é nesse sentido que foram implementadas necessárias construções de melhoramento, o que é destacado em Manoel Viana, ao relatar que ao se passar mais de 55 anos, cuidou-se de uma nova

arquitetura, com um bonito frontispício e com paredões baixos, que contornam toda a Fonte.

**Figura 1: Fonte da Gamboa**



Fonte: Domínio Público

A Fontinha da Gamboa se coaduna com as posições defendidas por Milton Santos (2006, pág.214) ao ressaltar que a fontinha como tema desse estudo, migra da condição de objeto para se apresentar como sujeito. Esse objeto-ator nos aponta comportamentos, porque ele próprio é um sistema. Milton Santos ressalta ainda que os objetos são eles próprios, informação, e não apenas movidos pela informação.

A representação da fontinha como sujeito reforça sua posição como elemento integrante e fundamental na perspectiva da urbanização, ao ser posicionado como referência do que consideramos vida em contexto urbanizado. Essa condição da vida urbanizada se caracteriza como processo e sistema complexo, o qual depende sobremaneira de como a urbanização resolve as questões emergentes da qualidade de vida como saúde coletiva, frente ao inevitável crescimento e adensamento populacional de locais que se apresentam com atrativos para a instalação de novas possibilidades de trabalho e convivência.



Dessa forma, para fazer frente ao crescimento populacional, e em especial frente aos vários e necessários usos da água, em conformidade com as permanentes necessidades de consumo, se somam os necessários debates referentes às necessárias demandas ecológicas, decorrentes do crescimento econômico, do desenvolvimento urbano e das novas necessidades percebidas e reclamadas pelos diferentes segmentos constituintes da teia social.

Nessa perspectiva o município de Paranaguá PR, introduziu em seu Plano Municipal de Saneamento Básico, Volume II, de 2011 uma justificativa na qual aponta que:

A falta de planejamento municipal e a ausência de uma análise integrada conciliando aspectos sociais, econômicos e ambientais resultam em ações fragmentadas e nem sempre eficientes que conduzem para um desenvolvimento desequilibrado e com desperdício de recursos. A falta de saneamento ou adoção de soluções ineficientes trazem danos ao meio ambiente, como a poluição hídrica e a poluição do solo que, por consequência, influencia diretamente na saúde pública. Em contraposição, ações adequadas na área de saneamento reduzem significativamente os gastos com serviços de saúde.

Assim, colocando a realidade contemporânea em sintonia com o que já ocorreu nessa região brasileira, cabe reforçar que a Fonte da Gamboa, no contexto de seu histórico e importância na vida que se desenvolve há pelo menos três séculos e meio, sempre ocupou lugar como elemento chave da urbanidade e atendimento de demanda vital. Ao se partir dessa premissa, nesse trabalho investigativo ela se apresenta como um ponto de partida na análise subjetiva do uso, da distribuição e da importância vital da água na conjuntura ambiental urbana.

As Fontes são corpos hídricos construídos e modificados por ações humanas para algum propósito específico. Uma das principais utilidades é o abastecimento público e surge como consequência principal, do crescimento populacional. Devido à importância social, econômica e ambiental, a água da Fontinha da Gamboa, configura-se então, como recurso.

Como já vimos, o fato da água se caracterizar como agente e elemento natural que é essencial à vida, quando fica submetida a regulamentos e normatizações legais, perde seu caráter essencialmente coletivo, passando a ser um elemento regulado. Essa regulamentação da água no contexto urbano possibilita que ela fique sujeitada ao que é estabelecido por quem detém o poder de regulamentação e ordenamento, dos meios que operacionalizam seu uso. Essa



regulamentação e ordenação, justificada para melhor atender à população, ganha um caráter subjetivo como algo que se assemelha a um produto, e sendo um produto, passa a ser elemento vinculado e submetido às regras e padrões vigentes para o trato com negociações, que se configuram em nosso contexto civilizatório a um marco mercantilizado.

Ocorrendo essa possibilidade de a água se caracterizar como um produto, deixa de ser um bem comum e passa a ser algo disponível a quem possui as condições e os meios para os possuir e adquirir. Assim, a água no contexto das regras que ordenam a urbanização se ampara em certa medida, nos referenciais do mercado, que se apresenta como um marco regulatório do que caracteriza a sociedade urbanizada, o que faz com que a água ordenada e dominada para atender melhor à população, deixa de ser algo de natureza e uso coletivo e distributivo.

Essa reflexão vem a tona nesse texto para evidenciar a complexidade a que se refere essa investigação e voltando para o tema referente à construção da fonte do Gamboa, como marco de urbanização, antes de se apresentar simplesmente como uma natural melhoria para a qualidade de vida de toda a população, passa a ser algo que oferece maior demanda de água, mas de forma paralela deveria ser dada a todos os integrantes da comunidade os meios para dela desfrutar, conforme reflexão e comunicação oral de Ernesto Jacob Keim (2021)

Assim, a construção da Fontinha passou por várias manutenções até a versão final que nos dias de hoje se apresenta como um dos pontos turísticos de Paranaguá. Esse processo do olho d'água até a fonte construída e reformada e também regulamentada, aponta algo que é apontado por Felix Guattari (1990), como um ponto fundamental como registro da história, para que as gerações futuras possam ir além do que é conhecido e estabelecido no presente, na perspectiva de se compreender questões ambientais de natureza ecológica, para verificar a possibilidade de um reequilíbrio das atividades ambientais que transcendem o simples fato da existência e manutenção da construção referente à fontinha, mas cabem questões como a seguinte, apenas para exemplificar, se a água que jorra na atualidade é potável e vem da mesma estrutura ambiental originária, ou seja, a água que jorra atualmente tem origem do mesmo olho d'água, que era a saída para a atmosfera da água depositada no lençol freático?

Essa pergunta se ampara no fato de que desde o início ocorreu a necessidade de construir um reservatório que possibilitaria o represamento da água para manter a continuidade do fluxo de água para os usuários, de tal forma que era algo importante e rentável para o período, visto que em Manoel Viana (1976) está descrito como:

... obra foi confiada a Roque Dias e João Gonçalves Peneda (este último parece ter sido filho de Domingos Peneda); Ambos, prometeram aprontá-la em um mês. De fato, ficou pronta em 30 dias. Não foi, porém, um trabalho perfeito, porque, um ano depois (1657), teve a Câmara que entregar a empreitada a um pedreiro mais competente, para construir o reservatório, fechado em forma de abóbada, tendo, na parede fronteira ao rio, uma janelinha por onde um operário pudesse entrar para fazer, mensalmente, a limpeza interna. Segundo o contrato, o empreiteiro daria os escravos para conduzir as pedras, o saibro e a cal; bem como colocaria a bica de pedra e os ladrões, para escoar o excesso d'água. Esse reservatório se alonga em galeria, para proteger o veio d'água que jorra sem cessar; não se sabendo de onde vem. Essa admirável obra ficou pronta em agosto de 1658...  
E o nome do empreiteiro?... Não foi possível guardar... Perdeu-se com o passar dos anos... A título de curiosidade, sabem por quanto saiu ela? Por 50 patacas! Cada pataca valia \$ 320 reis, ou seja 16 vinténs (moeda de cobre). Portanto, RS 16\$000 (dezesseis mil réis da antiga moeda).

Um marco interessante nessa referência aponta que a cidade de Paranaguá foi abastecida pela Fonte da Gamboa de 1657 até 1860, portanto 203 anos quando o Visconde Nácar inaugurou a Fonte Nova, situada onde atualmente se encontra instalada a sede dos Correios no centro da cidade. Paranaguá, então, passou a contar com as duas fontes de água. Diante dessa informação cabe a pergunta sobre a origem da água que passou a verter da segunda fonte, pois foi do mesmo veio que alimentava a fontinha já existente? Se foi, havia quantidade suficiente de água para atender à necessidade posta por essa nova demanda? Se não era suficiente, qual das duas recebia maior regularidade no fluxo da água?

Essas novas questões remetem à reflexão acerca da regulamentação já destacada e essa informação mostra a sua importância e se buscarmos em nossa imaginação, veremos que podem ter sido incontáveis os eventos com encontros e desencontros referentes ao uso e controles desse agente natural, absolutamente essencial para a vida de todas as pessoas e também dos animais, que certamente eram criados para o abastecimento de alimentos para a população.

Outro ponto de destaque foi a utilização da lavanderia pública, conhecida também como “lavanderia das escravas”, que se localizava próximo do Rio Chumbo, que na gestão do prefeito Dr. Caetano Munhoz da Rocha, mandou manilhar para

“acabar com os focos de proliferação de insetos que infernavam os cidadãos de Paranaguá”, conforme o jornal “Diário do Commercio” de 1912. Segundo Antônio Vieira (1850, pág. 17), esse local se configurava como um grande rancho aberto por todos os lados e unicamente acobertado de telhas que a Câmara Municipal ali mandou fazer para servir de abrigo às lavadeiras nas ocasiões de chuvas ou tempestades.

Ainda com relação à fonte Nova, o jornal Diário do Commercio aponta que os terrenos nos arredores da Fonte Nova, foram desapropriados pela prefeitura que buscava mantê-los intactos para facilitar a existência de água nesta fonte, como consta editado:

A Prefeitura Municipal, em vista de verificação em 1906 e exames posteriores, resolveu considerar de utilidade pública os terrenos á margem da Estrada de Ferro, e acima da FONTE NOVA, que em 1874 foram aforados a Manoel de Souza Guerra, ora substituído por JOÃO ANTONIO FERREIRA. Esses terrenos são considerados necessários á manutenção da mesma fonte. A resolução proveio da denuncia de transferência que fez o actual foreiro.

Também sabemos que a manutenção dos terrenos onde as fontes se localizavam eram fiscalizados por órgãos municipais regularmente, seguindo o Decreto Nº 2, o prefeito municipal o qual determina:

Considerando que os terrenos municipais aforados pela Carta n 0 63 de 25 de Julho de 1874, a MANOEL ANTONIO DE SOUZA GUERRA, e depois, por herança, a JOÃO ANTONIO FERREIRA, sitos no alto da FONTE NOVA, são necessários para a manutenção da referida fonte, conforme verificação procedida por engenheiros desta Municipalidade, e nova informação dada pelo actual;

Considerando que a referida fonte abastece actualmente a população, de agua potável, sendo a única capaz para esse fornecimento; e que, mesmo depois de instalada a canalização da água da serra, deve-se conserva-la não só para os casos de interrupção daquele fornecimento, como porque as fontes de agua potável se não abandonam;

Considerando que deixar os mesmos terrenos no domínio útil de particulares, sujeitos á edificações e á remoção de terras, será uma ameaça á permanência da mesma fonte, estando eles designados para a instalação de reservatórios de agua canalizada: resolvo decretar a utilidade pública dos mesmos terrenos, para o fim de se proceder a desapropriação do domínio útil e das benfeitorias neles existentes. Gabinete da Prefeitura Municipal de Paranaguá, 21 de Maio de 1913.

## **Figura 2: Fonte Nova (1860)**

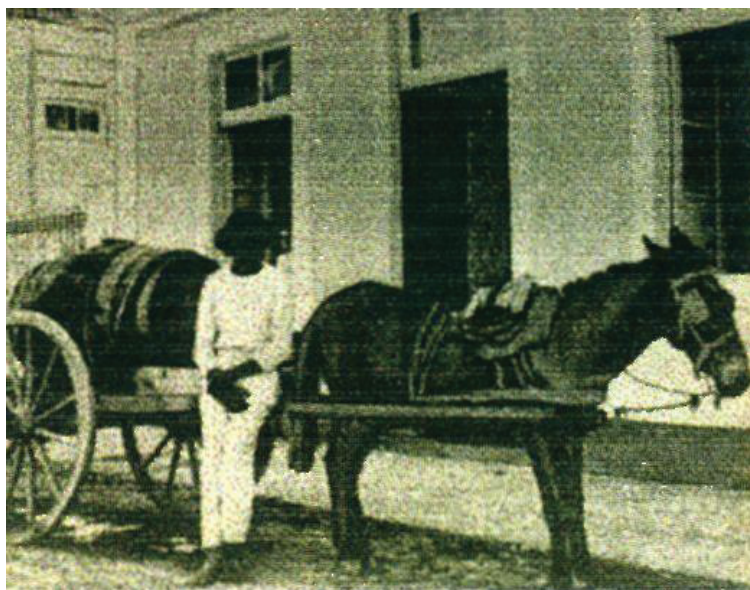


Fonte: IHGP (2020)

Sob outra perspectiva da água como recurso, cabe destaque para o trabalho executado pelas pessoas escravizadas, chamados como “aguadeiros” ou “pipeiros”, que certamente beneficiavam aos seus senhores. Este trabalho se destaca na descrição de Manoel Viana (1976):

Durante 200 anos os "aguadeiros" traziam água da Fonte às casas de família, cobrando um tostão (100 réis) por barrilzinho. Era uma carroça com um barril deitado, tendo uma grande torneira. A carroça, puxada por um burro, percorria a Vila (...), parando nas casas dos fregueses, com o fim de supri-los da água necessária ao consumo da família.

### **Figura 3: O “PIPEIRO” E/OU “AGUADEIRO”**



Fonte: IHGP (2020)

Com o avanço populacional em Paranaguá, a distribuição da água por meios de sistemas coletivos foram surgindo apesar de toda precariedade. A Câmara

Municipal cuidava e gerenciava essa atividade lucrativa para a época, conforme o jornal “Diário do Commercio” de 1912:

015/12 - FEVEREIRO 01, 1912 - TERMO DE COMPROMISSO DO SR. OS WALDO PINHEIRO NO SERVIÇO DE VENDA DE ÁGUA EM PIPAS - Termo de compromisso que assigna OSWALDO PINHEIRO para fazer o serviço de encher pipas de agua na FONTE NOVA desta Cidade, até o dia 31 de Dezembro de no novecentos e dos sob as seguintes condições estabelecidas: "Aos vinte e nove dias do mês de dezembro de mil novecentos e onze, achando-se presente na Secretaria da Prefeitura Municipal de Paranaguá, o Dr. CAETANO MUNHOZ DA ROCHA, Prefeito do Município, comigo Secretario abaixo nomeado, compareceu o cidadão Sr. OSWALDO PINHEIRO que se compromete a fazer o serviço de mandar encher pipas de agua na FONTE NOVA desta Cidade, sob as seguintes condições:

Primeira - Obriga-se a encher pipas d'agua para o abastecimento da Cidade, recebendo por pipa cheia, a importância de duzentos reis do respectivo pipeiro.

Segunda - O serviço de encher pipas será feito por empregado seu, ficando obrigado a encher gratuitamente, no caso de falta d'agua nas torneiras, as vasilhas dos particulares.

Terceira - O prazo deste serviço é do dia 1° de Janeiro a 31 de Dezembro de 1912, obrigando-se a fazer a limpeza das bombas e da casinha em que funcionam as mesmas trazendo-as em perfeito estado de conservação.

Quarta - A entrar mensalmente com a quantia de cento e vinte e quatro mil e quinhentos reis, para o cofre da Câmara, esta entrada corresponde ao mês seguinte:

Quinta - Obriga-se a entregar a Câmara todo o material empregado para esse serviço em perfeito estado de conservação;

Sexta - Obriga-se a fazer diariamente a limpeza externa da fonte, e a encher gratuitamente as pipas d'agua necessárias para o consumo publico municipal, durante o prazo deste compromisso;

Sétima - Obriga-se a facultar o enchimento de pipas d'agua pelas bombas em caso de incêndio, e isto sem remuneração alguma;

Oitava - O Prefeito poderá deixar sem efeito este compromisso nos casos de não ser cumprido qualquer das obrigações estipuladas. E como assim tivessem acordado ambas as partes, mandou o Dr. Prefeito lavar este termo que vae assignado pelo sr. Oswaldo Pinheiro e Dr. Prefeito Municipal, e selado na forma da Lei. Eu, Manoel Antônio de Souza, secretario o escrevi. Sobre duas (2) estampilhas no valor de 2\$200 (dois mil e duzentos reis) Paranaguá, 29 de Dezembro de 1911. Dr. Caetano Munhoz da Rocha, Prefeito, Oswaldo Pinheiro (...)

Havia uma preocupação com a otimização da distribuição dessa água, no entanto, a questão de preservação era superficial, voltada mais para a manutenção desse recurso, esse vínculo com a água era mais de intervenção do que de interação com a natureza.

Assim, aquele meio natural constituído como olho d'água, com a chegada dos europeus e a organização da ocupação daquele território com seus hábitos e necessidades, foi transformado com a construção da Fonte, como instrumento de gerenciamento da água, para a satisfação das exigências das necessidades



humanas e, também, para a realização das atividades econômicas inevitáveis ao desenvolvimento daquela sociedade emergente.

### 3.3 A ÁGUA ENCANADA CHEGA A PARANAGUÁ

Como a Fonte da Gamboa era um dos principais pontos de acesso à água potável, os moradores com seus potes e vasilhas se encontravam e conforme a dissertação de Bruna Scheifer (2008), vários eram os conflitos e tensões por conta da distribuição desta água. Os carroceiros se aproveitavam do preço e, muitas vezes, se recusavam a entregar a água nos lugares mais distantes. A mesma autora menciona que nos sinais de tensões, era o poder público que tinha a responsabilidade de sanar o problema da água.

O mandato do Dr. Caetano Munhoz da Rocha, de 1908 a 1916, ficou gravado como um marco de modernidade instalou na Praça Pires Pardiniho, a qual nos dias atuais, chama-se Praça dos Leões, um chafariz que servira como fonte pública. Esse evento foi noticiado em 23 de agosto de 1913, como o sopro de melhoramento promissor, de abastecer de água potável os moradores próximos, evitando a descida até a Fonte Velha.

Convido o leitor a imaginar o que significava a ausência de torneiras com água corrente dentro de uma residência e mais ainda cabe destacar o costume na época de lançar os dejetos biológicos, urina e fezes pela janela dos quartos, esvaziando os urinóis com os dejetos noturnos. Cabe lembrar que essa era a realidade em Paranaguá há menos de um século, e a imprensa anunciou a construção de mais uma fonte, como um avanço a favor da modernidade. Reflita e veja como é lento o avanço de melhorias de vida das populações de regiões periféricas e distantes dos grandes centros.

Outro ponto histórico importante para se debater era a condição que o estado do Paraná representava no contexto brasileiro, figurando como uma densa floresta entre São Paulo e os estados do sul do Brasil com efervescente processo desenvolvimentista, amparado na imigração italiana e alemã, conforme posição do prof. Ernesto Jacob Keim em comunicação oral de orientação (2021).

Nesse cenário ocorreu um significativo avanço populacional em Paranaguá, por conta da exportação de erva mate e da atividade do porto que crescia de importância, como ponto de reabastecimento e reparo das navegações. Essa

mudança exigiu um sistema de fornecimento de água, que implicou na construção da Fonte Nova e na implantação de nova forma de distribuição da água, como sistemas de demanda coletiva, os quais surgiram, apesar de toda precariedade.

A Câmara Municipal nesse contexto, dava atenção especial à ordenação e gerenciamento desse serviço que tinha como foco a concentração de ações o que exigia cuidado no gerenciamento dessa atividade que se tornava lucrativa, e portanto, geradora de discriminações e diferenças sociais, muito significativas para essa época, conforme encontramos no jornal “Diário do Commercio” publicado em 1912:

015/12 - FEVEREIRO 0 1, 1 9 1 2 - TERMO DE COMPROMISSO DO SR. OS WALDO PINHEIRO NO SERVIÇO DE VENDA DE ÁGUA EM PIPAS - Termo de compromisso que assigna OSWALDO PINHEIRO para fazer o serviço de encher pipas de agua na FONTE NOVA desta Cidade, até o dia 31 de Dezembro de no novecentos e dos sob as seguintes condições estabelecidas: "Aos vinte e nove dias do mês de dezembro de mil novecentos e onze, achando-se presente na Secretaria da Prefeitura Municipal de Paranaguá, o Dr. CAETANO MUNHOZ DA ROCHA, Prefeito do Município, comigo Secretario abaixo nomeado, compareceu o cidadão Sr. OSWALDO PINHEIRO que se compromete a fazer o serviço de mandar encher pipas de agua na FONTE NOVA desta Cidade, sob as seguintes condições:

Primeira - Obriga-se a encher pipas d'agua para o abastecimento da Cidade, recebendo por pipa cheia, a importância de duzentos reis do respectivo pipeiro.

Segunda - O serviço de encher pipas será feito por empregado seu, ficando obrigado a encher gratuitamente, no caso de falta d'agua nas torneiras, as vasilhas dos particulares.

Terceira - O prazo deste serviço é do dia 1 ° de Janeiro a 31 de Dezembro de 1912, obrigando-se a fazer a limpeza das bombas e da casinha em que funcionam as mesmas trazendo-as em perfeito estado de conservação.

Quarta - A entrar mensalmente com a quantia de cento e vinte e quatro mil e quinhentos reis, para o cofre da Câmara, esta entrada corresponde ao mês seguinte:

Quinta - Obriga-se a entregar a Câmara todo o material empregado para esse serviço em perfeito estado de conservação;

Sexta - Obriga-se a fazer diariamente a limpeza externa da fonte, e a encher gratuitamente as pipas d'agua necessárias para o consumo publico municipal, durante o prazo deste compromisso;

Sétima - Obriga-se a facultar o enchimento de pipas d'agua pelas bombas em caso de incêndio, e isto sem remuneração alguma;

Oitava - O Prefeito poderá deixar sem efeito este compromisso nos casos de não ser cumprido qualquer das obrigações estipuladas. E como assim tivessem acordado ambas as partes, mandou o Dr. Prefeito lavar este termo que vae assignado pelo sr. Oswaldo Pinheiro e Dr. Prefeito Municipal, e selado na forma da Lei. Eu, Manoel Antônio de Souza, secretario o escrevi. Sobre duas (2) estampilhas no valor de 2\$200 (dois mil e duzentos reis) Paranaguá, 29 de Dezembro de 1911. Dr. Caetano Munhoz da Rocha, Prefeito, Oswaldo Pinheiro.

De forma conjunta ao serviço de distribuição de água por meio de pipas, Paranaguá recebia informações de cidades brasileiras e estrangeiras que possuíam

serviços de distribuição de água encanada diretamente nas moradias, bem como serviços de escoamento de esgotos cobertos.

O conhecimento dessa melhoria para a qualidade de vida, impulsionada pelos ventos de mudanças que acompanharam a abolição do regime escravocrata de exploração do trabalho humano e a passagem do regime monárquico para o republicano, espelhado no orgulho das pessoas frente ao cenário precário oferecido pelo estado geral da cidade, podem ter impulsionado mudanças na questão referente ao saneamento da cidade, que os visitantes relatavam ser muito mal cheirosa e suja.

Como reação a prefeitura iniciou um projeto de implantação da rede de água encanada e para tal, foram trazidos de Nova York ao porto de Paranaguá, materiais e tubos para a canalização da água da serra. Pode-se imaginar nessa época que a distribuição obedeceu a um critério que possivelmente atendeu a parte da cidade ocupada pelos habitantes mais próximos do poder municipal e com maior poder econômico, apesar de não termos encontrado documentos que atestem esse fato, mas pensamos assim, considerando as divisões de classes sociais que são fartamente tratadas em diferentes registros históricos.

Outro ponto que sustenta essa possibilidade é o fato, de a fonte do Gamboa ser mantida ativa cabendo à prefeitura sua conservação, com a justificativa de ser necessária para suprir eventuais interrupções de fornecimento. Nesse arroubo de inovação e progresso, já destacamos que o prefeito Caetano Munhoz da Rocha, também encomendou um chafariz que foi colocado na Praça Pires Pardiniho, atual Praça dos Leões, como marco do melhoramento tão reivindicado pela população, no sentido de abastecer a cidade com abundante água potável. Assim, o chafariz se caracterizou como marco simbólico da chegada da água encanada.

Com o abastecimento da água da Serra, os pipeiros perderam sua importância de atender às residências mais próximas da fonte e passaram a atender aos moradores mais afastados, que não receberam o benefício da água encanada e também, possuíam menos recursos financeiros o que gerou um conseqüente processo de queda na funcionalidade dos pipeiros, levando esse serviço à extinção. De novo podemos verificar como o saneamento de uma cidade tem implicações decorrentes da sociedade dividida em classes sociais pelo mérito e posse econômica.



Esse processo se desenvolveu e em 1914, a Empresa Melhoramentos Urbanos de Paranaguá foi designada como a responsável pela construção da linha adutora, que traria a água represada do Rio Miranda, que vertia da Serra do Mar levando a água até o Campo Grande para depois chegar até o Porto Dom Pedro II, fazendo ligações nas casas das imediações.

Essa dinâmica administrativa perdura até 1940, quando o Brasil recebe novo impulso desenvolvimentista decorrente da política desenvolvida pelo governo federal de Getúlio Vargas, o que levou à criação do Departamento Estadual de Água e Esgoto, espelhado no que ocorria na maioria das cidades de médio e grande porte, cabendo a responsabilidade administrativa ao Governo Estadual, porém em 1965, ocorreu a fundação da Companhia de Água e Esgotos e Esgotos de Paranaguá – CAGEPAR, que assumiu o encargo dos serviços de abastecimento de água e coleta de esgoto sanitário.

Atualmente esse serviço está sob a responsabilidade da Agência Reguladora de Saneamento, a qual responde pela política municipal de saneamento. A essa agência, cabe a função de ordenar e disciplinar através de regulação e fiscalização, os serviços concedidos de água, esgoto, resíduos sólidos e drenagem urbana (CAGEPAR 2021). Atuando no município também empresas que receberam concessões em parcerias público-privadas, como Águas de Paranaguá e nesse momento atual a empresa Paranaguá Saneamento (IGUÁ).

É incontestável que a água é fundamental para a vida, saúde, bem estar, e desenvolvimento social e humano, de forma que contar com um fornecimento fisicamente acessível e a um custo exíguo, de uma água de qualidade aceitável às utilizações pessoais e domésticas de cada um, apesar de assegurado por lei, corre risco de deixar de atender a essa prerrogativa legal, frente ao acelerado processo de gerenciamento do acesso a esse bem estar cada vez mais caracterizado como serviço administrado por empresas privadas, às quais, vale em primeira mão, os lucros esperados para manter sua vitalidade institucional e societária.

Essa realidade econômica se ampara no paradoxo de a água ser considerada como um recurso, portanto, como um bem que tem quem administra sua distribuição e, portanto, estabelece os padrões de uso e de troca, conforma preconizam os ditames organizadores da ideologia de mercado vigente.

Essa reflexão remete à Lei Federal 9.433/97, a qual institui que a água é um bem de domínio público, recurso natural limitado e dotado de valor econômico, prevendo uma gestão descentralizada e voltada a proporcionar o seu uso múltiplo.

Nesse sentido surge e se ampliam os objetivos da Política Nacional de Recursos Hídricos, com a função de garantir a utilização racional e integrada dos recursos hídricos, com vistas ao desenvolvimento sustentável. Além disso, a norma visa a assegurar à atual e às futuras gerações a necessária disponibilidade de água em padrões de qualidade adequados aos respectivos usos, estabelecendo instrumentos para a efetivação da gestão hídrica.

Fica evidente com esse breve relato reflexivo do saneamento e da distribuição de água potável em Paranaguá que o avanço da população, ocasionou uma gradual mudança nos usos e costumes relacionados à Fonte da Gamboa, gerando uma nova apropriação do uso da água como um sistema de fornecimento encanado e mercantilizado.

### 3.4 HISTÓRIAS E LENDAS SOBRE A FONTE DA GAMBOA E SEU SIMBOLISMO NO CONTEXTO DA COSMOVISÃO PARANAGUARAS.

O enriquecimento da elite da Vila de Paranaguá se deu em decorrência do “tráfico de escravos”, comércio esse destacado por André Luiz M. Cavazzani (2013), ao apontar que esse processo estava envolto em uma sofisticada rede de interesses que protegiam privilegiados e estabeleciam diferenças. Nesse sentido cabe destaque para o fato de o estado do Paraná, ser um estado com atividades econômicas que demandavam pouca força braçal, pelo fato dele ser coberto por densas florestas, as quais foram derrubadas e substituídas pela agricultura do café, apenas na segunda metade da década de 1940. Essa particularidade aponta para o fato de Paranaguá ter como atividade econômica, o comércio e importação ilegal de pessoas escravizadas do continente africano, decorrente das diversas leis promulgadas pelo império, durante a segunda metade do século XIX, que proibiam a chegada de novos contingentes humanos importados da África bem como leis que reduziam cada vez mais a lucratividade econômica com essa atividade. Assim, Paranaguá como porto pirata que contrabandeava pessoas escravizadas, tinha importância para atender aos interesses que ainda vigoravam junto aos comerciantes de São Paulo, Santos e Itu.

Esse fato macabro que entristece o passado dessa cidade é destacado e relatado por diversos autores, mas que destacamos o relato de como ocorria o desembarque das pessoas escravizadas, dos navios negreiros nas linhas escritas por Manoel Viana (1976) ao destacar que:

(...) os "navios negreiros", quando vinham carregados de "escravos", barra a dentro, desembarcavam essas infelizes criaturas no Superagüí; no Varadouro, e na ilha das Peças; sempre às ocultas da fiscalização marítima. Depois então é que vinham ao nosso porto descarregar as mercadorias importadas. E de tal modo o faziam, que nenhuma suspeita despertava; tirando, assim, a responsabilidade das autoridades locais. À noite, em pequenas embarcações, com todo o cuidado, esses "escravos" eram trazidos para a nossa ilha fronteira, onde havia um entreposto apropriado à compra dos mesmos.

Nesse cenário, em que a cidade se desenvolveu até o final do século XIX, mostra o grau de obscurantismo e desinteresse de visibilidade da cidade, para manter seus negócios obscuros, sempre vinculados ao porto e a suas operações de aparência, que mantinham uma elite também de aparente honestidade e civilidade. A falta de urbanidade com a falta de saneamento e condições favoráveis à vida era reflexo da mentalidade que constituía o modo de ser dessa cidade, com suas barbáries amparadas em privilégios e interesses obscuros com os quais certamente diferentes segmentos oficiais eram cúmplices.

Nesse cenário depressivo e cruel a Fonte da Gamboa foi a primeira obra pública da Vila de Nossa Senhora do Rosário de Paranaguá, construída em 1658, passando por diversas alterações até ser emoldurada em 1714, com um contínuo trabalho escravo. Manoel Viana (1976) menciona que: "A ladeira dessa tradicional Fonte é toda calçada com pedras trazidas da África. Vinham como "lastro", no porão, junto com os negros escravos. Serviram para os primeiros calçamentos da VILA".

Nesta conjunção de relatos, nos reportamos a Félix Guattari (1990), tratado no início do capítulo 2 desse texto, o que nos leva a inquirir sobre o que poderá gerar uma resposta consistente à crise ecológica pela qual passa o mundo em escala planetária, sem que seja operada uma autêntica revolução política, social e cultural que reoriente os objetivos da produção material e imaterial, necessária ao desenvolvimento de Paranaguá que agora não pode mais contar com "mãos escravizadas" para manter sua economia amparada no lucro improdutivo e nas relações de poder despóticas, pautadas a exploração, na barbárie e na perpetuação das diferenças sociais.

Nesse sentido trazemos Leonardo Boff (1999) ao destacar que a história mal contada e o fato de não ter sido superada a vergonha e a indignação de o Brasil ter sido um dos últimos países a superar a produção de riqueza amparada em pessoas africanas escravizadas arrancadas de seus locais de origem e trazidas ao Brasil, os quais deveriam sempre ser menosprezados e desvalorizados como humanos sensíveis, sustentam até a atualidade preconceitos e:

A acusação de que negro é preguiçoso, além de ser inverdade e calúnia. Quase tudo que se construiu nos países escravagistas como o Brasil, (...), veio da mão-de-obra escrava. Os negros mostraram grande diligência, apesar de serem tratados como “peças”, e carvão a ser consumido na máquina da produção (...). Estes, embora sob a condição de pessoas escravizadas, foram agentes civilizadores.

Diante dessas evidências históricas e dos diversos e diversificados aspectos que mantêm viva a realidade urbana de Paranaguá, amparada nas relações sociais apoiadas no trabalho escravo, e com destaque sobre a importância social e vital exercida pela Fontinha da Gamboa, muitas lembranças se mantêm e se sustentam por meio da narração causos e lendas, que envolvem a cultura popular de Paranaguá.

Nas narrações de lendas, coloca-se o ponto de vista de Ernesto Jacob Keim e Raul Fernando dos Santos os quais explicam que:

A língua e a voz figuram como importante característica com que uma identidade conta para se afirmar e estabelecer relações, e, por meio delas, manifestam-se diversas linguagens. Também é importante destacar que a linguagem é sempre resultado de uma construção coletiva. Sua existência se justifica como agente que cria significados para os mais variados contextos dos grupos no qual está inserida. Como consequência desta imanência, é fundamentalmente por meio da linguagem que se projeta a identidade, representando um importante conceito de diferenciação entre as sociedades, etnias ou, até mesmo, troncos e famílias linguísticas.

Assim, Paranaguá é envolta em línguas e vozes que mostram a relação de poder vigente por importante processo histórico dessa região brasileira e delas destacamos duas lendas que revelam aspectos da realidade histórica a que nos referimos anteriormente, com base em Manoel Viana (1976):

#### “A CABEÇA DO ENFORCADO NA FONTE VELHA”

A Fonte da Cambôa é aureolada, como tudo o que é antigo, de uma “lenda”, que data da escravidão.

Um escravo africano matara seu amo, lá pelos lados do Imbucuí, devido aos maus tratos que havia muito, vinha sofrendo.

Levado ao Júri, foi o infeliz condenado à morte, sumariamente, sendo daí a dias enforcado.

Era uso da época, quanto aos escravos, depois de enforcados, cortar-se a cabeça da vítima e coloca-la num poste, em um lugar bem visível e que fosse frequentado pelos pretos, a fim de servir de exemplo a esses infelizes cativos.

O poste com a cabeça do enforcado foi colocado na Fonte da Gamboa por ser o local do vaivém dos negros.

Os escravos que iam à Fonte buscar água para seus amos, quando chegavam na ladeira, baixavam a cabeça para, não olhar aquele crânio pendurado... o pavor lhes invadia a alma cheia de credices.

Tinham eles verdadeiro horror de descer a ladeira ao anoitecer, pois dizia-se que a visão do corpo sem cabeça vagava, desde o escurecer, até alta madrugada, enlouquecendo as pessoas que por ali passassem...

Para os senhores de escravos essa "lenda" era um meio seguro de obrigar os cativos ao trabalho, ameaçando-os, caso vadiassem, de manda-los até à Fonte durante à noite.

### LENDA DA CAVEIRINHA

Conta a história que um escravo muito tagarela vinha da Fonte Velha, trazendo em um pote d'água na cabeça. Ao atravessar o "Campo Grande", viu encostado em uma velha figueira um esqueleto humano. O escravo perguntou o que o tinha matado e ele respondeu que tinha sido a "língua". O escravo, não acreditando, tornou a perguntar, recebendo a mesma resposta. Tão logo deixou o pote de água na cozinha, foi até a senzala no fundo do quintal para contar o caso aos companheiros de cativo que havia falado com uma caveira. Alguns começaram a rir, gozando o escravo linguarudo. Outros nem deram atenção, pois já conheciam as manhas e as mentiras do negro, mas um deles, muito crédulo, aventurou-se a contar ao amo a façanha do negro. O patrão, cansado de saber das invencionices do escravo, mandou-o chamar e o interrogou sobre o que tinha acontecido. Como ele continuava afirmando que o esqueleto havia falado, o patrão propôs que fossem ao Campo Grande para a confirmação, porém o advertiu que se não fosse verdade seria amarrado ao tronco da figueira e receberia 100 chicotadas, a fim de nunca mais mentir. E lá foram todos, patrão, empregados e escravos. Ao chegarem, o escravo, para confirmar o que havia dito, perguntou à caveirinha quem a havia matado. Nada respondeu. Ele, apavorado, implorou, mas nada se ouviu. O patrão então deu a ordem para que se cumprissem o combinado e o escravo, não aguentando o açoite, morreu. Depois que os empregados foram embora, deixando o negro amarrado ao tronco da árvore, ouviu-se uma voz (a voz do esqueleto): "Uh, não te disse que quem me matou foi a língua?!". Isso aconteceu no tempo da escravatura. Contavam os negros em suas senzalas à noite.

Essas narrativas apontam aspectos com que a linguagem era um agente importante para manter os sistemas escravocratas vigentes e um ponto importante a ser ressaltado, está no fato de que é por meio de meios e artifícios de linguagem que se desenvolvem e se fortalecem os argumentos que sustentam o que Ernesto Jacob Keim (2016) aponta, ao destacar que o direito se referenda nas leis, normas e regras estabelecidas por humanos que detém o poder e todos esses referenciais são linguagens imateriais, mas que interferem e atuam diretamente na perspectiva da materialidade que constitui a sociedade e a vida nominada como civilizada.

Nesse contexto, tanto os índios carijós e os africanos escravizados têm seu destaque no processo histórico de Paranaguá, como pessoas que sofreram por falta

de justiça, mas seu sofrimento se tornou legítimo e real, pelo fato de ser amparado no direito de quem se aproveitava das leis e regras a seu favor. Portanto, o Direito não tem vínculo com a justiça, por que o direito existe para sustentar e manter o estado e a justiça existe para manter a vida acima de qualquer outra prerrogativa, conforma Ernesto Jacob Keim (2011).

O direito valorizando e instituindo a escravidão foi conveniente para manter e instituir as relações de poder na perspectiva da produção e a justiça se fez presente na generosidade e efetividade vital da fontinha da Gamboa que de forma generosa possibilitou a vida com gratuidade e dignidade por séculos, apesar do descaso e do abandono no a que sua história foi relegada e que essa pesquisa tenta revitalizar.

### 3.5 A FONTE DA GAMBOA NA ATUALIDADE – MEMÓRIA VALORIZADA E VIDA RESPEITADA

Considerando o estado em que se encontra a Fontinha, cabe como debate final refletir a importância de seu passado como meio de respeito e de preservação, de algo que foi importante para o desenvolvimento civilizatório e urbano de Paranaguá. Essa proposta tem o propósito de oferecer aos munícipes parnanguaras, as raízes de seu passado citadino, pois na Fontinha da Gamboa, certamente seus ancestrais se reuniram para realizar tarefas domésticas e para encontros interpessoais, de forma que não existe como mensurar em que essa dimensão, esse processo que se faz parte de um todo, como afirma Milton Santos (2006), que caracteriza como um evento é causa de outro evento, que constitui a história local e também de cada pessoa no futuro, como decorrência de eventos ocorridos em determinado local público.

Como forma de preservação deste monumento histórico vinculado à água de Paranaguá, foi tombado pelo IPATRIMÔNIO (2021), através da Coordenação do Patrimônio Cultural conforme: Nome Atribuído: Fonte, Localizada Junto Ao Rio Itiberê em Paranaguá, Tb. Chamada de Fonte Velha, outros nomes: Fonte localizada junto ao Rio Itiberê; Fontinha, Localização: R. Pêcego Júnior – Paranaguá-PR; com Número do Processo: 222-04/64; Livro do Tombo: Inscr. Nº 04-II.

Dessa forma o contexto histórico-ambiental relacionado à Fontinha mostra-se singular, deixando de ser somente um objeto de valor turístico e material, para se caracterizar como parte da história de cada pessoa. Num contexto mais objetivo, é

mister que se desconheça detalhes do cotidiano da exploração da água como recurso que envolvia comércio e poderes os mais diversos, mas podemos imaginar a possibilidade de ações que estabeleceram impactos importantes no cotidiano da sociedade que se compunha em épocas remotas.

Assim, temos que a partir de 1914, quando se iniciou o processo da distribuição da água através de sistema de encanamento, dá-se também o início da exploração de recursos a partir das “concessões dos serviços de abastecimentos e de coleta de esgoto”, ocorrendo assim, uma tardia modernização, que fica como tema para novas investigações.

Essa proposta de novas investigações sobre o tema água e saneamento em Paranaguá, nos remete a Leonardo Boff (2001) quando aponta que ao se superar o dado mais grave que se esconde por detrás da falta de cuidado, perde-se a conexão com o Todo. Essa posição remete a investigação à falta de entendimento e ponderação em relação à questão histórico-ambiental da Fontinha no município de Paranaguá, e assim Leonardo Boff nos impulsiona para investigar o conjunto de questões que nos remetem a um novo estado de consciência.

Neste trabalho observa-se também algo defendido na Carta de Belgrado, que diz que é absolutamente vital que os cidadãos de todo o mundo, insistam a favor de medidas que darão suporte ao tipo de crescimento econômico, que não traga repercussões prejudiciais às pessoas.

Outro ponto importante resultante da exploração da água a partir da Fontinha da Gamboa, relevante também na Carta de Belgrado, refere-se ao fato de que é necessário encontrar meios de assegurar que nenhuma nação cresça ou se desenvolva, às custas de outra nação, e que nenhum indivíduo aumente o seu consumo às custas da diminuição do consumo dos outros porque a exploração da água reflete na distinção de poder e de classes sociais.

Assim, tivemos nessa investigação que recuperar a memória, nas relações histórico-ambientais, sociais e subjetivas referentes à Fontinha da Gamboa é o mesmo que reverter a questão ética, trazida por Leonardo Boff (2001) como processo civilizacional que nos permitirá dar um salto de qualidade ao adotarmos formas mais cooperativas de convivência, ou seja, um olhar de resignificação na convergência construída a partir da diversidade de culturas, do modo de produção e



de conhecimento e incorporação das tradições e sentidos a favor da vida com dignidade.

Boff aponta que a enfermidade da Terra acarretada pela dominação e exploração dos recursos naturais de forma desenfreada, gera a má qualidade de vida, pois os recursos não são repassados de forma a proporcionar a todos a possibilidade de aumento da qualidade de vida em uma sociedade nem na própria natureza, ou seja, é fundamental que a humanidade desenvolva processos e formas de consumo coerentes com a responsabilidade de manter a vida planetária em níveis de qualidade em todos os sentidos mediados pela responsabilidade de todos por todos e por tudo.

Assim, temos a ressignificação da história da Fontinha da Gamboa sob a luz de Leonardo Boff (2001), que propõe o cuidado com a coisa pública e de si mesmo, como retomada da humanização perdida ou negligenciada, e assim, segundo esse autor pode-se esperar diminuição da barbárie, na medida em que a convivência se transforme num cuidado amoroso para com a vida, manifesta como responsabilidade e compromisso ético com o destino de todo o povo.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINALIZADORAS E PRODUTO FINAL

Com o que foi apresentado até aqui podemos apresentar como um resultado parcial dessa pesquisa, posto como algo que viabiliza debates que se referenciam ao enunciado do problema que orientou esse processo investigativo, que se apresentou como a busca por „Quais os envolvimento referentes à qualidade de vida, decorrentes da dinâmica histórico-ambiental da água potável em Paranaguá PR, quanto ao meio ambiente, às relações sociais e à subjetividade humana, desde a instalação da Fonte da Gamboa até a construção da rede de distribuição de água encanada em 1914?“

As respostas a essa interrogativa não se dá de forma objetiva mas de forma discursiva em todo o conjunto desse texto, mas é importante que se evidencie nesse item final desse relatório da pesquisa, o importante debate do que vem a ser o cuidado e a qualidade de vida, referenciados nas três posições inerentes ao que vem a ser ecologia segundo Félix Guattari. A dinâmica histórico-ambiental foi debatida com base nesse mesmo referencial, conforme as três ecologias, ou seja, quanto ao meio ambiente, às relações sociais e à subjetividade humana, desde a instalação da Fonte da Gamboa até a construção da rede de distribuição de água encanada em 1914.

Esses pontos referenciais repercutem por meio de pesquisa bibliográfica e documental, na medida em que apontam posições que se caracterizam muitas vezes como aberturas para possíveis novas investigações, pois esse tema é vasto e de certa forma sombrio, pelo fato de muitas das ações ocorridas em Paranaguá, ocorreram e ocorrem em outras regiões brasileiras.

Um ponto a ser aprofundado e que foi levemente referenciado, está atrelado à escravidão no Brasil, e em especial em Paranaguá, que tem uma abordagem camuflada de atuação do porto como local de contrabando de pessoas africanas escravizadas e centro de „distribuição e mercado“, que existia para fugir à legislação que proibia essa atividade comercial.

Ainda como consideração finalizadora cabe destacar que essa pesquisa, na tentativa de resgatar o sentido da humanidade e da vida, da liberdade, da igualdade, mostrou limitações e fissuras as quais precisamos de um aprofundamento, pois se trata de um sentido de vida e não de um objeto de pesquisa objetivo e pontual. Essa

dimensão aponta para a inserção do tema pesquisado em contextos que envolvem interesses coletivos e parcerias complementares que poderão diminuir pontos obscuros que caracterizam a complexidade de uma sociedade e a autonomia do meio ambiente, no que se refere à vida planetária como visão solidária para Gaia.

Esse aprofundamento poderá contribuir para animar posturas colaborativas e de parcerias como contraponto às amarras individualistas e competitivas, afim de organizar ideais e protagonismos sociais diversificados com alternativas para a compreensão do alcance na realidade abordada pela proposição das três ecologias propostas por Guattari, as quais certamente apontarão novas instutualidades para a defesa de vidas e da água.

Cabe ainda destacar que o debate envolvendo o tema ambiental, depende diretamente dos subsídios ofertados pela história, os quais apontam que todos os eventos se interagem e se interpenetram de forma tal que um está incluso no outro, e nesse trabalho, a água é destacada como um agente histórico, sendo interligada numa dinâmica de interdependência e de complexidades relacionais, ao promover paralelos entre as relações sociais e ambientais. Assim, a Fontinha da Gamboa está incorporada como elemento histórico e esse trabalho aponta a perspectiva ambiental dessas relações.

Como considerações finalizadoras dessa investigação podemos destacar a edição de um livro virtual (e-book), que se apresenta como material importante para que a história de Paranaguá e de sua urbanização, seja contada com um viés mais aprofundado no que tange às relações sociais, políticas e ambientais. Essa publicação contém parte da teoria desenvolvida no capítulo 2, que desenvolve as três posições apontadas como referenciais fundamentais da Ecologia, com a complexidade que permeia as reflexões e interferências com ênfase ao meio ambiente, às relações sociais e à subjetividade humana.

Essa publicação conta ainda com aspectos historiográficos e ambientais, que podem ter construído a forma de ser e pensar dos nativos em Paranaguá, como aponta a Ontologia do Ser Social de Georg Luckács (1979).

Essas considerações são a base do produto final dessa dissertação que se apresenta como um pequeno texto nomeado como “A Carta da Fontinha”, na qual se trava um diálogo imaginário da Fontinha com a população atual de Paranaguá, na qual ela emite questões que podem ser debatidas em diferentes espaços sociais e

educacionais sobre a historicidade dos monumentos, como fonte viva de fatos e ocorrências que estabelecem, de certa forma, o modo de ser atual da comunidade parnanguara.

Outro ponto relevante desse e-book como produto dessa dissertação de mestrado profissional, tem o propósito de apontar a importância da água nos contextos urbanizados com base na história ambiental, apresentando três aspectos referenciais, ou seja: Água e Vida; Água e Sociedade e Água e Subjetividade Humana.

## 5 REFERÊNCIAS

- ACOSTA, Alberto. O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos. Tradução de Tadeu Breda. São Paulo: Autonomia Literária/Elefante, p. 264, 2016.
- BATTESTIN, Cláudia; DICKMANN, Ivo (Orgs.). 1ed. Chapecó: Plataforma Acadêmica, 2018.
- BOFF, L. Saber Cuidar: ética do humano. Petrópolis: Vozes, 2001.
- BOUTIN, Leônidas. Breve historia de Paranaguá: seu desenvolvimento sócio-econômico e cultural. Paranaguá: Prefeitura Municipal, 1993.
- BRASIL. Agência Nacional da Água. Águas no Brasil. Disponível em: <<https://www.ana.gov.br/aguas-no-brasil>> Acesso: 08/01/2020.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Carta da Terra. Disponível: <<https://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/carta-da-terra.html>> Acesso: 08/01/2020.
- BRASIL. Casa Civil. Código das Águas. Disponível: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D24643.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D24643.htm)> Acesso: 05/04/2020
- BRASIL. Casa Civil. Lei das Águas. Política Nacional de Recursos Hídricos. Disponível: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9433.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9433.htm)> Acesso: 05/04/2020.
- FELIPPE, M. F., & Magalhães Junior, A. P. (2013). Conflitos conceituais sobre nascentes de cursos d'água e propostas de especialistas. *Revista Geografias*, 70-81. Recuperado de <https://periodicos.ufmg.br/index.php/geografias/article/view/13354>. Acesso: 22/07/2020.
- FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1967.
- GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Os (des) caminhos do meio ambiente. 15. ed. São Paulo: Contexto, 2011.
- GUATTARI, Félix. As três ecologias; tradução Maria Cristina F. Bittencourt ; revisão da tradução Suely Rolnik. Campinas: Papirus, 2012. Ed.
- KEIM, Ernesto Jacob. Educação Ambiental como Educação do Ambiente e da Emancipação da Vida, referenciada nos Princípios Eco-Vitais. In Pedagogia da Pachamama/Tayta Inti (Mãe Terra/Pai Sol) como Grito pela Vida. Matinhos PR, UFPR. 2020. Disponível em <<http://profjacob.com.br>. Power Point. Bloco 2 Apresentação 2.3> . Acesso: 23/03/2020.

\_\_\_\_\_. A Fenomenologia Goethiana na Educação e na Pesquisa como agente de Metamorfose. In Pedagogia da Pachamama/Tayta Inti (Mãe Terra/Pai Sol) como Grito pela Vida. Matinhos PR, UFPR. 2019. Disponível em <<http://profjacob.com.br>. Power Point. Bloco 3 Apresentação 3.1> Acesso: 25/03/2020

\_\_\_\_\_. Ciência como postura Fenomenológica Goethiana frente aos Métodos Empírico-Analítico (Positivismo) e Crítico. . In Pedagogia da Pachamama/Tayta Inti (Mãe Terra/Pai Sol) como Grito pela Vida. Matinhos PR, UFPR. 2020. Disponível em <<http://profjacob.com.br>. Power Point. Bloco 3 Apresentação 3.2> Acesso: 25/03/2020

KEIM, Ernesto Jacob; SANTOS, Raul Fernando dos. Educação e Sociedade pós-colonial: Linguagem, Ancestralidade e o Bem Viver. Jundiaí: Paco Editorial, 2012.

LEFEBVRE, Henri. A revolução urbana; Tradução Sérgio Martins. – 2ª ed. - Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2019.

\_\_\_\_\_. O direito à cidade. Tradução: T. c. Netto; São Paulo: Documentos, 1969.

LUKÁCS, Gyorgy. Ontologia do ser social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx / Gyorgy Lukács; tradução de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Os (des) caminhos do meio ambiente. - São Paulo: Contexto, 1989.

NASCIMENTO JÚNIOR, Vicente. História, crônicas e lendas. Paranaguá: Prefeitura Municipal, 1980.

PARANAGUÁ. Prefeitura Municipal de Paranaguá. Plano Municipal de Saneamento Básico. Disponível: <[http://www.paranagua.pr.gov.br/imgbank2/file/meio\\_ambiente/PMSB%20-%20VOLUME%20II.pdf](http://www.paranagua.pr.gov.br/imgbank2/file/meio_ambiente/PMSB%20-%20VOLUME%20II.pdf)> Acesso: 23/05/2020.

SANTOS, Antônio Vieira dos. Memória histórica da cidade de Paranaguá e seu município: 1850. Vols. 1-2.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. 2.reim São Paulo: EDUSP, 2006. 384 p. (Coleção Milton Santos, 1).

\_\_\_\_\_. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. 16ª. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SCHEIFER, Bruna. Paranaguá, cidade portuária: entre a cidade sonhada e a cidade real. Marechal Cândido Rondon, 2008. Disponível: <<http://tede.unioeste.br/handle/tede/1743?mode=full>> Acesso: 15/04/2020.

REIGOTA, Marcos. A Educação Ambiental frente aos desafios apresentados pelos discursos contemporâneos sobre a natureza. Educação e Pesquisa, São Paulo,

v.36, n.2, p. 539-553, maio/ago. 2010. Disponível:  
<https://www.scielo.br/pdf/ep/v36n2/a08v36n2.pdf> > Acesso: 22/01/2021.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

VIANA, Manoel. Paranaguá na história e na tradição. Paranaguá: Conselho Municipal de Cultura, 1976.

UNESCO. A Carta de Belgrado: Uma estrutura global para a educação ambiental. 1975. p. 1-5

**Sites:**

<https://www.revistaplaneta.com.br/james-lovelock-a-terra-e-um-ser-vivo-do-qual-somos-o-sistema-nervoso/> Acesso em 16/09/2020

<http://historiadaagua.ana.gov.br/livrohistoriaagua.pdf> / Acesso em 25/04/2021

<https://cagepar.webnode.com.br/sobre-nos/> Acesso em 20/06/2021

<http://www.ipatrimonio.org/> Acesso em 09/07/2021